



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA N.º 7/2011

No dia vinte e oito de Dezembro do ano dois mil e onze, pelas 11,10 horas reuniu, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, a Assembleia Municipal de Soure, convocada nos termos Regimentais para a sua **QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA**, com a seguinte Proposta de Ordem de Trabalhos:

Período de Antes da Ordem do Dia

Ponto 1. Apreciação das Propostas de Acta:

1.1. - 30.06.2011

1.2. - 30.09.2011

Ponto 2. Leitura de Expediente/Informações

Período da Ordem do Dia

Ponto 1. Apreciação de uma Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara, sobre a Actividade Municipal

Ponto 2. Apreciação de Propostas das Grandes Opções do Plano - PPI e AMR - e do Orçamento para o ano de 2012

Ponto 3. Outros assuntos a incluir, se for o caso disso, nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro

Período de Intervenção do Público

Foi distribuída a folha de presenças que circulou pelas Bancadas, tendo-se verificado as **presenças e faltas** dos Senhores Deputados:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Da **BANCADA DO PARTIDO SOCIALISTA** verificou-se a **presença** dos Senhores Deputados:

- Maria Isabel Franco Gonçalves Verão, Dra.;
- Manuel Pedro Mota Cordeiro, Eng.º;
- José Fernando Oliveira Serrano, Dr.;
- Rosa Alexandra Travassos de Sousa Colaço, Dra.;
- Marco Alexandre Marques Ramalho, Dr.;
- José Maria Ferraz da Fonseca;
- Maria de Fátima Mendes Cardoso Nunes, Dra.;
- Jorge Manuel Simões Mendes, Dr.;
- António da Silva Letra;
- Luísa Margarida Lima Anjo, Dra.;
- Francisco José Redondo Ferreira;
- Carlos Augusto Soares;
- António Travassos Rodrigues Serrano;
- Luís Carlos Gonçalves Redinha;
- José António Nunes da Silva Mendes;
- António César Gomes, Dr.;
- Teresa Margarida Vaz Pedrosa, Dra.;
- José Manuel Coelho Bernardes;
- Carlos Mendes Simões;
- António Abreu Gaspar;
- Evaristo Mendes Duarte;

Da **BANCADA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA** verificou-se a **presença** dos Senhores Deputados:

- Susana Isabel Anjo Lapo, Dra.;
- António Simões de Almeida;
- Júlio Dionísio Penedo;
- Aurélia Maria Ferreira Pinto Castanheira;
- Nuno Ricardo Carvalho Ferraz, Dr.;
- Agostinho Fernandes Ramalho Bento;
- Carlos Miguel Simões Pimenta, Dr.;

Apresentaram justificação:

- Manuel Augusto Serralha Duarte, Dr.;
- Arlindo Rui Simões da Cunha, Dr.;

Da **BANCADA DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA** verificou-se a **presença** dos Senhores Deputados:

- José Francisco Ferreira Malhão, Dr.;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Ana Isabel Fernandes Fortunato;

Da **BANCADA DO BLOCO DE ESQUERDA** verificou-se a **presença** do Senhor Deputado:

- Luís Filipe de Gouveia Rente, em representação do Senhor Deputado Sílvio Fernando Cordeiro dos Santos.

Estiveram presentes nesta Sessão trinta e um membros, pelo que a Senhora Presidente da Assembleia, confirmada a existência de quórum, declarou aberta a Sessão.

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta da Ordem de Trabalhos. -----

Período de Antes da Ordem do Dia

PONTO 1. APRECIÇÃO DAS PROPOSTAS DE ACTA:

1.1. - 30.06.2011

Formatada: Tipo de letra: Garamond, Negrito, Cor do tipo de letra: Automática, Maiúsculas pequenas

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta de acta. -----

1.2. - 30.09.2011

Foi deliberado, por unanimidade, retirar a presente proposta de acta da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO 2. LEITURA DE EXPEDIENTE/INFORMAÇÕES

Usou da palavra o Senhor Deputado Dr. Francisco Malhão: “quero apenas chamar a atenção de que esta Sessão estava marcada para as 10.30 horas e já são mais de 11,00 horas... julgo ser



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

necessário ter um pouco de mais respeito por este organismo autárquico... acabámos o anterior Mandato com falta de quórum na assembleia de Setembro de 2009, devido à ausência de toda a Bancada do PS... com o decorrer do tempo, tem sido algo complicado de receber a documentação com a antecedência devida e o respeito do horário de início das sessões tem ficado muitas vezes por cumprir. Portanto, solicito que, daqui para a frente, tenhamos um pouco mais de cuidado - da minha parte também irei fazer um esforço - para que cheguemos a horas e se respeite o tempo de todos aqueles que participam nesta Assembleia. É o mínimo que podemos fazer.”

Usou da palavra a Senhora Presidente da Assembleia: “registamos a sua intervenção, de qualquer forma, nós estávamos às 10,45 horas... este tempo teve a ver com a espera da Bancada do PSD... os documentos foram entregues nos timings previstos.”

Período da Ordem do Dia

PONTO 1. APRECIÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL

INFORMAÇÃO ESCRITA SOBRE A

ACTIVIDADE MUNICIPAL



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro,
com a nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

PERÍODO COMPREENDIDO

ENTRE 27 DE SETEMBRO E

23 DE DEZEMBRO DE 2011

- | |
|--|
| <ol style="list-style-type: none">1. Situação financeira da Autarquia em 23 de Dezembro de 2011 - Ver anexo 1 -2. Descrição, sucinta, das principais Acções desenvolvidas ao longo do período em epígrafe - Ver anexo 2 - |
|--|

ANEXO 1

SITUAÇÃO FINANCEIRA

DÍVIDA EM 23.12.11



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

BANCA **7.444.304,76 EUROS**

A OUTROS CREDITORES **3.635.334,83 EUROS**

TOTAL **11.079.639,59 EUROS**

ANEXO 2

EDUCAÇÃO

- * CENTRO ESCOLAR DA FREGUESIA DE GRANJA DO ULMEIRO
 - . Obra em curso
- * CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DE CENTROS ESCOLARES
 - . EB1 Gesteira
 - Escolha de Procedimento Prévio
 - . Intervenções Diversas, por Administração Directa
- * EB1 de Gesteira
 - . Agradecimento
- * TRANSPORTES ESCOLARES
 - . Funcionamento Regular para todos os Níveis de Ensino
- * COMUNICAÇÕES
 - . Pagamento Integral das Despesas Telefónicas dos Jardins de Infância e Escolas do 1.º CEB
- * EXPEDIENTE E LIMPEZA
 - . Transferência para o Agrupamento de Escolas de Soure
- * FESTAS DE NATAL / 2011
 - . Educação Pré-Escolar e 1.º CEB



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Aquisição de Prendas

* SERVIÇO DE APOIO À FAMÍLIA

- Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar
 - . Anexo ao Acordo de Cooperação – Ano Lectivo 2011/2012
 - . Funcionamento Regular nos Jardins de Infância
- Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º CEB
 - . Funcionamento Regular

* AUXÍLIOS ECONÓMICOS – ANO LECTIVO 2011/2012

- . Processo de Pagamento Concluído

* BIBLIOTECAS ESCOLARES

- . Articulação de Actividades com o Agrupamento de Escolas de Soure/Grupo de Trabalho da Biblioteca Municipal e das Bibliotecas Escolares
- . Catalogação de todos os Documentos existentes nas Bibliotecas Escolares do 1.º CEB
 - Processo em Curso
 - . Técnicas da Biblioteca Municipal no âmbito do SABE (Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares)

* PROJECTO BAÚS ITINERANTES

- . Apresentação, nos Jardins de Infância e Escolas do 1.º CEB, dos Baús Itinerantes 2011/2012, conjuntos de livros diversificados, seleccionados pelo Agrupamento de Escolas de Soure e Biblioteca Municipal
 - // Articulação com Programa Integrado de Promoção da Leitura

* PROJECTOS ESCOLARES / OUTROS APOIOS

- . Agrupamento de Escolas de Soure // Núcleo de Escalada
 - Deslocações a França e à Eslovénia

* PROGRAMA DAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR – 1.º CEB

- . Funcionamento Regular em todas as Escolas do 1.º CEB

* Distribuição de Leite Escolar

* Verificação dos Sistemas de Aquecimento nos Jardins de Infância e Escolas do 1.º CEB

* Distribuição de Lenha

* CARTA EDUCATIVA

- . Monitorização

CULTURA

* REDE URBANA “CASTELOS E MURALHAS MEDIEVAIS DO MONDEGO”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- . Candidatura // QREN – mais Centro
 - Aprovação
- * BIBLIOTECA MUNICIPAL
 - . Conservação/Reparação do Edifício
 - Substituição de Caixilharias
 - . Obra Iniciada e Concluída
 - . Aquisição de Fundos Bibliográficos
 - . Programa Integrado de Promoção da Leitura
 - Hora do Conto/ Acção Diária na Biblioteca Municipal
 - . Participação das Crianças dos Jardins de Infância e Escolas do 1.º CEB na Acção “*Viagem no Tempo em Soure*”
 - Sábados na Biblioteca
 - . *Manta com Histórias para Pais e Filhos*
 - Projecto *Entre a Fralda e a Chupeta... Descobrimos o Livro! Livro a Livro... Descobrimos a Biblioteca!*
 - . Participação das Crianças da Valência Creche
 - Projecto *Para Lá... E Para Lá!*
 - . Participação das Crianças do Pré-Escolar – IPSS do Concelho
 - Espectáculos de Natal / 2011
 - . Participação das Crianças que frequentam a Educação Pré-Escolar e dos Alunos do 1.º CEB
 - . Participação Especial de Utentes da APPACDM de Soure
 - Montras de Livros
 - Exposições
 - . Funcionamento Regular de seis Postos Internet
- * EDIÇÕES/PUBLICAÇÕES
 - . “*Aqui vai o Lenço*” de Inês Maomé
 - Ajuste Directo
 - Adjudicação
- * APOIO AO INVESTIMENTO
 - . Transferências de Capital
- * APOIO AO FOLCLORE, MÚSICA E TEATRO
 - . Apoio Regular às Despesas de Funcionamento
- * Protocolo de Colaboração (Educação)
 - . Rancho Folclórico da Associação Social Recreativa e Cultural de Pouca Pena - Freg. de Soure



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- * Montagem e Desmontagem de Palcos e Pavilhões em Iniciativas Diversas no Concelho
- * Presença e Colaboração Efectiva nas Diversas Iniciativas Concelhias

DESPORTO E TEMPOS LIVRES

- * CONSTRUÇÃO DO PAVILHÃO DESPORTIVO MUNICIPAL EM GRANJA DO ULMEIRO
 - . Obra em Curso
- * CONSTRUÇÃO DE CAMPOS RELVADOS SINTÉTICOS
 - . Campo de Vinha da Rainha
 - Relvado Sintético
 - . Conclusão
 - . Início de Utilização
 - Remodelação dos Balneários
 - . Obra Concluída
 - Vedações e Outros Arranjos Exteriores
 - . Escolha de Procedimento Prévio
- * CONSTRUÇÃO DE OUTROS POLIDESPORTIVOS
 - . Polidesportivo de Paleão – Freg. de Soure
 - Adjudicação
- * CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DE POLIDESPORTIVOS
 - . Polidesportivo de Tapeus
 - Intervenção Concluída
- * CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DE PISCINAS MUNICIPAIS
 - . Piscina Municipal de Vila Nova de Anços
 - Execução de Garantia(s) Bancária(s)
- * APOIO AO DESPORTO
 - . Apoio Regular às Despesas de Funcionamento
- * APOIO AO INVESTIMENTO
 - . Transferências de Capital
- * Edifício Sede do Grupo Desportivo Sourense



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

. Aquisição

* Presença e Colaboração Efectiva nas Múltiplas e Diversas Iniciativas Concelhias

Acção Social

* HABITAÇÃO SOCIAL/PROGRAMA PROHABITA

. Aquisição/Reabilitação

- Contratos de Arrendamento/Imóvel no Largo dos Moinhos

* GABINETE DE ACÇÃO SOCIAL

• Funcionamento // Três Níveis de Intervenção

- SOCIAL

. Acompanhamento da Rede Social

. Levantamento/Caracterização/Acompanhamento, em articulação com a Segurança Social, Juntas de Freguesia, Escolas e outras Instituições do Concelho, de situações de agregados familiares em condições sócio-económicas desfavorecidas

. Levantamento/Acompanhamento e Encaminhamento para novas soluções habitacionais, de agregados familiares em situação de grave carência de habitação

. Acompanhamento socio-económico dos processos relativos aos Auxílios Económicos do 1.º CEB

. Acompanhamento socio-económico do Serviço de Apoio à Família - Fornecimento de Almoços e Prolongamento de Horário

- APOIO À FAMÍLIA

. Atendimento/Acompanhamento personalizado, primeiro com a Família, depois em sessões individualizadas, no Gabinete de Apoio à Família a Crianças/Jovens oriundas das 12 (doze) Freguesias do Concelho, sinalizadas pela própria Família, pelas Escolas e/ou por outras Instituições

. Articulação Escola/Família

. Articulação com o Agrupamento de Escolas de Soure

. Acompanhamento regular de situações sinalizadas:

- na CPCJ (Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco)

- na Equipa Local de Intervenção (ELI), no âmbito do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI) (Crianças entre os 0 e os 6 anos)

. Participação no Projecto de Rastreio do Desenvolvimento (0 - 3 Anos), em articulação com o Centro de Saúde de Soure

- PEDAGÓGICO

. Apoio directo aos Alunos de Escolas do 1.º CEB, em articulação com o Agrupamento de Escolas de Soure

* APOIO À REABILITAÇÃO DE HABITAÇÕES DEGRADADAS



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- . Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas
 - Protocolo de Colaboração
- * ACORDOS COM IPSS – VALÊNCIAS DIVERSAS
 - . COMPLEMENTOS A ACORDOS COM A SEGURANÇA SOCIAL
 - ADESTA – Associação de Desenvolvimento Social, Cultural e Desportiva da Freguesia de Tapeus
 - . Serviço de Apoio Domiciliário
 - APPACDM de Soure
 - . Revogação de Deliberação
 - . Lar / Residencial
 - Centro Social das Malhadas
 - . Centro de Dia
 - . Serviço de Apoio Domiciliário
- * G.I.P. - GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL
 - . Serviço de Apoio/Acompanhamento a Desempregados
 - Funcionamento Regular
- * Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ)
 - . Participação nas Reuniões
- * NLI/RSI - Rendimento Social de Inserção
 - . Participação nas Reuniões
- * APOIOS AO INVESTIMENTO
 - . P.A.R.E.S. - PROGRAMA DE ALARGAMENTO DA REDE DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS
 - Reunião de 27 de Agosto de 2009
 - . Clarificação da Deliberação, do Ponto 10.1.
 - . M.A.S.E.S. – MEDIDA DE APOIO À SEGURANÇA DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS
 - Centro Social das Malhadas
 - . Transferências de Capital
- * Isenção do Pagamento de Taxas
 - . Associação Cultural Recreativa e Social de Samuel
 - Construção de Lar de Terceira Idade
 - . Santa Casa da Misericórdia de Soure
 - Construção de Lar de Idosos e Creche
- * Acção Social Escolar/Serviço de Apoio à Família



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- . Protocolos com Instituições e Juntas de Freguesia
 - Transferências
- * Protocolos de Colaboração (Educação)
 - . Associação Cultural Recreativa e Social de Samuel – Freg. de Samuel
 - . Centro Social das Malhadas – Freg. de Pombalinho
 - . Norte e Soure - Centro Social Cultural e Desportivo de Paleão – Freg. de Soure
- * Alienação a Título Gratuito de uma Parcela de Terreno
 - . Santa Casa da Misericórdia de Soure
- * Alienação a Título Gratuito de uma Parcela de Terreno
 - . Casa do Povo de Vila Nova de Anços
- * CASA DA CRIANÇA
 - . Valência Creche
 - Reunião de 14 de Julho de 2011
 - . Revogação da Deliberação, do Ponto 8
 - Protocolo

SAÚDE

- * CONSTRUÇÃO DA EXTENSÃO DE SAÚDE DA FREGUESIA DE SAMUEL
 - . Candidatura // QREN – mais Centro
 - Aprovação da Alteração n.º 1 (Reprogramação Temporal e Financeira)
 - . Obra em Curso
 - . Prorrogação de Prazo
- * ECO-SAÚDE
 - . Transporte de Utentes das Freguesias de:
 - Brunhós
 - Degracias
 - Gesteira
 - Pombalinho
 - Tapeus
 - Vinha da Rainha

- * CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DE EXTENSÕES DE SAÚDE



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

. Pintura Exterior da Extensão de Saúde da Gesteira

- Escolha de Procedimento Prévio
- Adjudicação
- Obra Iniciada e quase Concluída

HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO

* ILUMINAÇÃO PÚBLICA

. Remodelação do Sistema de IP

- Escolhas de Procedimento Prévio e Adjudicações
 - . Jardim Público de Brunhós - Freg. de Brunhós
 - . Largo Adjacente à Farmácia de Figueiró do Campo - Freg. de Figueiró do Campo

. Ramais/Baixadas e Prolongamentos de Rede

- Remodelação da Rede de Distribuição de Energia de Soure – Freg. de Soure
 - . Escolha de Procedimento Prévio
 - . Adjudicação
- Rede de Distribuição e Iluminação Pública na Vila de Soure (Remodelação Parcial)
 - . Escolha de Procedimento Prévio
- Diversos

. Aquisição de Candeeiros e Luminárias

* Sistema Nacional de Informação Geográfica (SNIG)

. Gestor de Metadados

* CONCEPÇÃO/EXECUÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DOS BACELOS - 3.ª FASE

. REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO ENTRE OS RIOS ANÇOS E ARUNCA

- Prorrogação de Prazo
- Obra em Curso
- Abertura de Braço de Água entre os Rios Anços e Arunca
 - . Escolha de Procedimento Prévio

* CONSTRUÇÃO/REABILITAÇÃO DE LARGO E PRAÇAS

. Adjudicações

- Cercal – Freg. de Gesteira



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Vale Centeio – Freg. de Pombalinho

* CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS

. Soure

- Adjudicação
- Obra Iniciada e Concluída

* OFICINAS E ARMAZÉNS

. Construção do Refeitório /Vestíários e WC

- Obra em Curso

* ELEMENTOS VEGETAIS

. Palmeiras

- Praga do Gorgulho Ferrugento
- . Monitorização e “Ataque” em Curso

SANEAMENTO E SALUBRIDADE

* ETAR – ENCAMINHAMENTO/TRATAMENTO DE LAMAS

. Prestação de Serviços // Ano de 2012

- Escolha de Procedimento Prévio
- Adjudicação

* PROLONGAMENTO DE COLECTORES

. Diversos, por Administração Directa

* ESTUDOS E PROJECTOS – OUTROS

. Base de Reflexão para as Várias Opções Estratégicas

- Estudo Económico-Financeiro do Actual Modelo de Gestão dos Serviços
- . Adjudicação

. Regulamento(s) Municipal(is) – Portaria n.º 34/2011 // Adaptação/Compatibilização

- Revogação da Decisão de Contratar
- Escolha de Procedimento Prévio
- Adjudicação

* RESÍDUOS SÓLIDOS E HIGIENE PÚBLICA – REDE COMPLEMENTAR

. Prestação de Serviços // Ano de 2012

- Escolha de Procedimento Prévio
- Adjudicação

* HIGIENE PÚBLICA

. Óleos Alimentares Usados (OAU) // Recolha Selectiva e Encaminhamento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Protocolo de Colaboração

- * Manutenção e Conservação das Redes Existentes
- * Manutenção e Conservação das ETAR Existentes
- * Limpeza e Manutenção dos Espaços Envolventes às Etar
- * Limpeza de Fossas
- * Recolha Sistemática e Regular do Lixo em todo o Concelho
- * Lavagem Periódica e Manutenção Regular de Contentores
- * CEMITÉRIOS
 - . Transporte de Areia para os Cemitérios do Concelho // Colaboração com Juntas de Freguesia e Capelanias

PROTECÇÃO CIVIL

- * ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE SOURE
 - . Apoio Regular às Despesas de Funcionamento
 - . Apoio ao Investimento
 - Transferências de Capital
- * EQUIPA DE INTERVENÇÃO PERMANENTE – E.I.P.
 - . Apoio Regular - Transferências
 - Normal Funcionamento
- * GABINETE TÉCNICO FLORESTAL
 - . Normal Funcionamento
 - . Acompanhamento dos Processos de Arborização e Rearborização - a) do n.º 1, art.º 1, Decreto-Lei n.º 139/1989, de 28 de Abril

ABASTECIMENTO PÚBLICO – ÁGUA

- * NOVAS CAPTAÇÕES E OPERACIONALIZAÇÃO
 - . Nova Captação em Carregosa - Sistema de Casa Velha
 - Obra em Curso
- * CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE
 - . Substituição de Tubagem em Brunhós
 - Obra Iniciada e Concluída, por Administração Directa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- * CONTROLO DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO, DAS ÁGUAS RESIDUAIS E LAMAS DAS ETAR // 2012
 - . Sistemas Público e Privado
 - Escolha de Procedimento Prévio
 - . Programa de Controlo da Qualidade da Água para Consumo Humano e das Águas Residuais
 - Ministério da Saúde (ACES Baixo Mondego 2)
 - . Parecer Favorável
- * Programa de Controlo da Qualidade da Água para Consumo Humano de 2012
 - . Abastecimento em Baixa
 - ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
 - . Aprovado
- * Programa de Controlo da Qualidade da Água para Consumo Humano de 2012
 - . Abastecimento em Alta
 - ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
 - . Aprovado
- * Proposta de Portaria para a Delimitação dos Perímetros de Protecção das Captações de Água Subterrânea no Concelho de Soure
 - . ARHCentro – Administração da Região Hidrográfica do Centro I.P.
- * Aplicação de Caixas em Betão pré-fabricado nas Bocas de Incêndio, na Freguesia de Samuel
 - . Obra em Curso, por Administração Directa
- * Substituição de Contadores de Água
- * Prolongamento de Conduitas em Diversos Lugares do Concelho
- * Execução de Ramais Domiciliários
- * Reparação de Roturas

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

- * APOIO À ACTIVIDADE ECONÓMICA
 - . Investimentos Privados
 - Acompanhamento e Colaboração
 - . Associação de Beneficiários da Obra de Fomento Hidroagrícola do Baixo Mondego
 - Agradecimento
 - . Plataforma Empresarial e Logística Polinucleada da Área de Influência do Porto Comercial da Figueira da Foz



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Candidatura // QREN – mais Centro
- . Não Aprovação

* Regime de Exercício da Actividade Industrial (REAI)

- . Licenciamento Industrial // Vistoria
 - Representante da Câmara Municipal
- . Regularização de Estabelecimento Industrial
 - Representante da Câmara Municipal

* REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS MUNICIPAIS (RLCTM)

- . Associação Empresarial de Soure
 - Ocupação de Espaço Público
- . Isenção de Taxas

COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO

* BENEFICIAÇÃO DO CM 1113, ENTRE VILA NOVA DE ANÇOS E O LIMITE DO CONCELHO (C/ CONDEIXA)

- . Obra Concluída

* BENEFICIAÇÃO DA EM 622, PEDRÓGÃO DO PRANTO/LIMITE DO CONCELHO (C/ FIGUEIRA DA FOZ)

- . Obra Concluída

* OUTROS ALCATROAMENTOS

- . Arruamentos e Ligações na Freguesia de Soure
 - Acessos junto ao Lar/Creche da Santa Casa da Misericórdia de Soure
 - . Escolha de Procedimento Prévio
 - . Adjudicação
 - . Obra Iniciada e Concluída

* RECARGAS

- . Arruamentos e Ligações na Freguesia de Alfarelos
 - Obra Iniciada e Concluída, por Administração Directa
- . Arruamentos e Ligações na Freguesia de Degracias
 - Degracias
 - . Obra Iniciada e Concluída, por Administração Directa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- . Arruamentos e Ligações na Freguesia de Soure
 - Assamassa
 - . Obra Iniciada e Concluída, por Administração Directa
 - Espírito Santo
 - . Obra Concluída, por Administração Directa
 - Pouca Pena
 - . Obra Iniciada e Concluída, por Administração Directa

- * CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE – EM ZONAS URBANAS
 - . “Subir” Caixas de Saneamento – Brunhós
 - Intervenções Concluídas, por Administração Directa
 - . Acessos à Creche e Novo Lar da Vinha da Rainha
 - Escolha de Procedimento Prévio
 - . Reparação de Pavimento na Rua Comendador João Duarte Cachulo – Vinha da Rainha
 - Escolha de Procedimento Prévio

- * CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE – EM ZONAS RURAIS
 - . Arruamentos Diversos na Freguesia da Vinha da Rainha
 - Escolha de Procedimento Prévio

- * REGULAMENTO DE TRÂNSITO NA VILA DE SOURE
 - . Revisão
 - . Pintura de Sinalização Horizontal
 - . Aplicação de Sinais de Trânsito } Quase Concluída, por Administração Directa

- . “Período Experimental”, com Intervenção/Acompanhamento “Pedagógico” das Autoridades

- * VARIANTE ÀS EN 341 E EN 347 – ALFARELOS / TAVEIRO
 - . D.I.A. (Declaração de Impacte Ambiental)
 - Caducidade

- * Tapagem de Buracos e Reparações Diversas

- * Corte de Silvas em Diversos Locais

- * Limpeza e Execução de Valetas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- * Limpeza e Execução de Bermas
- * Execução de Aquedutos Diversos

DEFESA DO MEIO AMBIENTE

- * JARDINS E PARQUES, ARBORIZAÇÃO
 - . CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS
 - Intervenções Diversas
 - . MANUTENÇÃO DE PARQUES INFANTIS
 - Intervenções Diversas
- * AÇUDES E REPRESAS
 - . Limpeza Sistemática
- * OUTRAS ACÇÕES
 - . PODA DE ÁRVORES
 - Intervenções em Curso, por Administração Directa
 - . “ENERGIA”
 - Apoio Externo Especializado
 - . Escolha de Procedimento Prévio
 - . Adjudicação

OUTROS

- * Cedência dos Autocarros Municipais em Iniciativas Diversas, designadamente nas áreas da Educação, Cultura, Desporto, Tempos Livres e Acção Social
- * GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E AMR - E ORÇAMENTO // 2011
 - . Aprovação de Propostas de Alteração - 10.^a/10.^a -; - 11.^a/11.^a - e - 12.^a/12.^a -
- * IMPOSTOS LOCAIS
 - . Imposto Municipal sobre Imóveis - IMI
 - Aprovação de Proposta de Fixação de Taxas
 - . Lançamento de Derrama



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Aprovação de Proposta

* IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES – I.R.S.

. Participação do Município

- Aprovação de Proposta

* RECURSOS HUMANOS

. ESTÁGIOS

- ESTÁGIOS PROFISSIONAIS

. Agrupamento de Escolas de Soure

- Curso EFA (Educação e Formação de Adultos)

. Técnico de Segurança e Higiene do Trabalho

- ESTÁGIOS CURRICULARES

. Instituto Superior Miguel Torga

- 2.º Ciclo em Gestão de Recursos Humanos e Comportamento Organizacional

. PROCESSO N.º 168/07.5 BECBR

- Sentença // Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra

. Procedimento Concursal Comum para a Ocupação de Um Posto de Trabalho em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, para Assistente Operacional

. Natal // 2011

- Festa para os Filhos dos Trabalhadores

* ACÇÃO ADMINISTRATIVA COMUM N.º 269/05.4ABECBR

. Acordo

* ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES (ANMP)

. Extinção da IGAL

. Taxa do IVA – Electricidade

- Alteração

. Impacto Económico

. Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2012

- Resolução do Conselho Geral

. Alterações Legislativas

- Propostas

* PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

. Gabinete do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Documento Verde da Reforma da Administração Local

O Presidente da Câmara
(João Gouveia, Dr.)
2011/12/26

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara: “Endividamento... a 26 de Setembro, informei-vos que na Dívida a Outros Credores que não a Banca, estava incluído um valor de 1.202.081,91€ que tinha a ver com facturação de obras co-financiadas, em conta corrente... na altura, fizémos um pequeno exercício: foi considerar que 80% desse valor, \approx 960.000,00€, correspondia a co-financiamentos relativos a Fundos Comunitários já aprovados... Assim, a Dívida a Credores que não a Banca, subtraindo a parte que seria de Fundos Comunitários, apresentava um valor de \approx 3.115.000,00€... Agora... temos uma Dívida a Outros Credores de 3.635.334,83€, sendo que o valor da facturação relativo a obras co-financiadas é de 705.559,38€... O que é que isto quer dizer?... Que seguindo a mesma lógica, se calcularmos 80% desse valor, \approx 564.000,00€... se o subtrairmos, a dívida a credores que não a Banca é de 3.071.000,00€ -... isto é, há 2/3 meses \approx 3.115.000,00€, agora \approx 3.071.000,00€... esta é, se quiserem, a avaliação mais rigorosa/pormenorizada da evolução da Dívida durante este período.

Sobre Dívida, ainda assim, gostaria de vos dar uma informação complementar, ainda que não estejamos, neste momento, a apresentar qualquer proposta de Relatório e Contas... se fizémos um exercício muito simples, que é partir da Dívida Municipal à data de 31 de Dezembro de 2006, o que significa analisar a sua evolução em 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011, que está quase no fim - um período de 5 anos -... verifica-se que, ano após ano, em 31.12, a Dívida diminuiu sempre!!!... mas, verifica-se mais... verifica-se que durante estes 5 anos, evidenciam-no as Contas de Gerência, foi realizada uma Despesa Pública de \approx 70.000.000,00€, dos quais mais de 60% são Despesas de Investimento... Ora, nestes mesmos 5 anos, a Dívida diminuiu \approx 1.700.000,00€!!!... sendo que diminuiu \approx 1.400.000,00€ à Banca e \approx 300.000,00€ a Credores que não a Banca!!!... observe-se ainda um outro elemento que não deve ser negligenciado... nesta altura, dada a melhoria dos mecanismos de controle dos procedimentos internos, não há praticamente documentos em trânsito correspondentes a qualquer despesa...

Depois, no que toca à descrição sobre a Actividade Municipal desenvolvida desde 27 de Setembro até 23 de Dezembro... sem prejuízo de me poderem solicitar os esclarecimentos complementares que entendam por bem, dizer-vos que em termos de Educação, tudo aponta para que o investimento em curso no Centro Escolar da Freguesia da Granja do Ulmeiro possa estar concluído numa de duas hipóteses alternativas: ou a tempo de já nele se iniciar o 3.º período do corrente ano lectivo ou a tempo de se iniciar o próximo ano lectivo... É um investimento que deverá ficar concluído até ao final do 1.º semestre do próximo ano de 2012.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Desporto e Tempos Livres... o prazo que referi para o Centro Escolar é sensivelmente o mesmo para o Pavilhão Desportivo Municipal de Alfarelos/Granja do Ulmeiro, que deverá entrar em funcionamento no 2.º semestre do próximo ano...

Já está concluído e já está a ser utilizado o novo Campo Relvado Municipal Sintético da Vinha da Rainha... convirá aqui que não percamos de vista o seguinte: cada vez mais não há recursos para podermos ter equipamentos iguais em todas as Freguesias... é tempo de termos uma equilibrada cobertura de todo o Concelho... mesmo que nalgumas zonas haja determinadas respostas e noutras não as haja... Quando temos um Campo Relvado Sintético na Vinha da Rainha, há uma utilização mais fácil para os residentes nessa Freguesia e nas Freguesias vizinhas, mas é um Campo Relvado ao serviço do Concelho... quando há um Pavilhão Desportivo em Soure, ele está ao serviço de todo o Concelho... quando há um Pavilhão Desportivo em Alfarelos/Granja do Ulmeiro, está ao serviço de todo o Concelho... quando há uma Piscina Municipal Coberta em Vila Nova de Anços, está ao serviço de todo o Concelho... o que nós temos é que utilizar melhor, porventura não subutilizar, equipamentos colectivos!!!... mais do que realizar esses investimentos, é fundamental que, depois, esses equipamentos estejam, da forma mais intensa possível, ao serviço das populações!!!...

Aquisição do Edifício Sede do Grupo Desportivo Sourense... como sabem - porque isso é público -, houve situações complicadas no plano patrimonial, que esta Instituição tem vindo a procurar resolver... Em Setembro do corrente ano, confrontados com a possibilidade desse edifício poder ser vendido em praça pública, por um valor muito inferior ao seu valor de mercado, solicitaram-nos que a Câmara Municipal pudesse equacionar a sua aquisição... A Câmara Municipal, atendendo à história, no plano cultural, e, também, atendendo à localização urbana do edifício, e, não obstante o período não ser propenso à realização de investimentos não prioritários, mandou fazer uma avaliação rigorosa em termos daquilo que seria o valor imobiliário do edifício... o seu resultado determinou um valor de 171.180,00€... por unanimidade, a Câmara aprovou comprar o edifício por esse valor, sendo pagos 47.000,00€, no acto da Escritura, 10.000,00€ até final de Junho de 2012 e o remanescente até 31 de Dezembro de 2021... durante este período, o Grupo Desportivo Sourense continuará a utilizar, gratuitamente, duas salas e um WC e a Câmara Municipal poderá fazer o que bem entender de todo o resto do edifício, de acordo com soluções que venham a ser consideradas adequadas...

Acção Social... há um edifício já reabilitado, na Zona Histórica da Vila de Soure, cujo investimento está concluído, onde estão já instaladas mais 4 famílias, a título definitivo, das 25 que haviam sido caracterizadas com grave carência habitacional...

Ainda em termos de Acção Social, implementámos uma outra resposta, que tem a ver com IPSS do Concelho... como sabem, nós temos uma excelente rede de cobertura em termos de Acção Social... Essa cobertura assenta no trabalho diário das IPSS do Concelho, mas, algumas delas, por razões que se prendem com a sua relativa "juventude", ou pela sua falta de escala, ou por incumprimento excessivo da Segurança Social por impossibilidade ou dificuldades de índole diversa, atravessam um quadro particularmente difícil... a verdade é que nós entendemos que para IPSS do Concelho que tivessem problemas desta natureza, e como estava previsto em Plano, que a título excepcional, para algumas Valências, avaliássemos aquilo que era o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

número de utentes com Acordo com a Segurança Social e o número efectivo de utentes... com base nessa diferença, que para 25% da mesma, a Câmara Municipal pagasse a comparticipação financeira mensal que caberia à Segurança Social!!!... vou dar exemplos concretos: ADESTA, na Freguesia de Tapeus, a APPACDM de Soure e o Centro Social das Malhadas, tiveram deliberações aprovadas... A ADESTA no Serviço de Apoio Domiciliário tem um Acordo com a Segurança Social para 14 utentes; tem efectivamente 30 utentes, ou seja, há 16 utentes que estão a ser servidos sem qualquer comparticipação... Ora, desses 16 utentes, 25% são 4... para esses 25%, a Câmara Municipal aprovou transferir por mês, $4 \times 237,09\text{€}$, cerca de 1.000,00€... que é o valor que a Segurança Social deveria transferir... isto é, a Câmara Municipal, nestes casos concretos, está a substituir em 25% a Segurança Social... com isso está a procurar apoiar, de forma excepcional, essas IPSS... isto, num momento em que se há trabalho que tem de ser, naturalmente, apoiado é o daquelas Instituições que, no dia a dia, ajudam as pessoas com maior vulnerabilidade social... Portanto, este é um esforço que, no conjunto das 3 IPSS, ronda $\approx 4.000,00\text{€}$ mensais, sendo este tipo de respostas, no domínio da Acção Social, de natureza extraordinária mas socialmente justificada, que devemos relevar/enfatizar!!!...

Também no apoio às IPSS, aprovámos a alienação de mais dois terrenos, a título gratuito... um à Casa do Povo de Vila Nova de Anços, um terreno contíguo para poderem fazer investimentos na prossecução dos seus fins e que integra duas parcelas... um outro terreno à Santa Casa da Misericórdia de Soure, que é o terreno que fica junto à nova Creche/Lar, mas, este, sob a forma de Apoio ao Investimento... isto é, nos 15% de Apoio ao Investimento foi incluído o valor de avaliação deste terreno e o pagamento desses 15% tem uma parte que é o terreno e o remanescente $\approx 30.000,00\text{€}$, em Transferências de Capital.

A nova Extensão de Saúde de Samuel, no plano da obra, deverá estar a ficar concluída... estão a ser preparados os procedimentos concursais para o chamado equipamento médico e mobiliário, tudo apontando para a sua conclusão até final do primeiro semestre de 2012...

Oficinas e Armazéns... trata-se de um investimento de cerca de 100.000,00€, para os trabalhadores do Município, que deverá provocar uma pequena revolução tranquila, no seu dia a dia... está praticamente concluído e deverá entrar em funcionamento também até final do primeiro semestre do próximo ano...

Saneamento e Salubridade... foi já adjudicada a realização de um Estudo Económico Financeiro do Actual Modelo de Gestão dos Serviços, uma base de reflexão para as várias opções estratégicas... importa que se perceba que será através das conclusões deste Estudo, que tudo aponta estar concluído durante o 1.º semestre do próximo ano, que nós partiremos para uma opção estratégica legalmente possível, que pode passar pela concessão, pela parceria público ou privada... mas, que significará a concretização metodológica - para depois se passar à prática - dos cerca de 7.000.000,00€ de investimento que o Concelho precisa para fechar a sua Rede de Saneamento Básico!!!...

Higiene Pública... estão já a ser colocados os novos equipamentos para Recolha de Óleos Alimentares Usados... Foi aprovado o Protocolo de Colaboração... vai ser feita uma forte campanha de sensibilização; haverá, para já, 12 oleões no Concelho, até final do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

próximo ano, 24... depois, avaliaremos as necessidades... mesmo para os restaurantes, será feita a sensibilização devida e esta é mais uma resposta no plano da Higiene Pública que importa sublinhar que, aliás, também constitui darmos cumprimento àquilo que estava previsto legalmente neste domínio.

Já estão concluídos e abertos ao público, os novos investimentos na Rede Viária... designadamente a nova Variante a Vila Nova de Anços e a requalificação da ligação da mesma ao limite do Concelho com Condeixa-a-Nova, o que trouxe benefícios muito significativos, designadamente na tranquilidade dos residentes na Freguesia e na fluidez e segurança do trânsito... Também já está concluído o investimento na zona periférica da Vinha da Rainha a caminho do Concelho da Figueira da Foz... Dois investimentos com Candidaturas aprovadas ao QREN, por isso com co-financiamentos de Fundos Comunitários, já concluídos, e mais de 90% pagos!!!...

Defesa do Meio Ambiente... adjudicámos, por 4.900,00€, um Estudo para Apoio Externo Especializado no que diz respeito à Energia... Isto tem a ver com o facto de, com a alteração da Taxa de IVA e, designadamente e em particular, no fornecimento de energia, o impacto no nosso Concelho só em Iluminação Pública, significará um acréscimo de custo de $\approx 70.000,00\text{€/ano}$... com este Estudo, aquilo que se pretende é criar condições para a abertura de um Concurso Público e, ainda no próximo ano, se poder iniciar a substituição parcial ou total das luminárias por LED, com milhares de toneladas a menos lançadas no Meio Ambiente... Portanto, espera-se que possamos concretizar este objectivo...”

Usou da palavra o Senhor Deputado Dr. Francisco Malhão: “gostaria de colocar uma questão recorrente, tal como o problema é recorrente e refere-se ao Sistema de ETAR e Rede de Esgotos da zona de Figueiró do Campo. Com certeza, o Senhor Presidente deve ter conhecimento, por parte do Senhor Vereador Américo Nogueira, e na ausência dele, por parte do seu Secretário a Meio Tempo, que lhe devem ter feito chegar a notícia que, junto à Farmácia, o colector, no seguimento da Estrada Nacional 347, no referido sítio, parte do esgoto que deveria ir para a ETAR está a ser desviado, a céu aberto, para a vala adjacente a esta e esta, por sua vez, dá para o Rio dos Mouros, precisamente no sítio onde foi construída a nova Ponte das Eiras.

Além disso, seguindo na direcção de Condeixa/Montemor-o-Velho, notamos um problema, também aqui já levantado, das tampas de Saneamento e, neste caso, imediatamente a seguir ao cruzamento da Azenha até um ponto denominado “as Garreiras”... o colector continua a verter águas residuais pelas tampas respectivas.

Dizem-me também que no Casal do Marachão, junto às bombas, também vertem. Até aqui era dada a explicação de que isso acontecia na altura das chuvas, o que é certo é que ultimamente não tem chovido e o fenómeno tem acontecido. Perante isto, as pessoas questionam-se, depois de um investimento tão grande, depois de termos, há um ano atrás, colocado aqui a questão se havia ou não defeito de obra e, nessa mesma Sessão, ter sido informado e questionado pela nossa bancada o Auto de Recepção Definitiva da obra, parece-nos correcto que haja uma explicação para a situação. Foi feito um investimento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tão grande para tratamento de águas residuais e resolução de problemas ambientais e vimos agora que continuamos a ter os esgotos a céu aberto a poluir o “Rio dos Mouros”

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara: “não tenho conhecimento... mas, também lhe quero dizer o seguinte: o Senhor Vereador Américo Nogueira é quem tem a responsabilidade de acompanhamento das Infra-estruturas... certamente que ele, ou o seu Secretário a Meio Tempo e, a propósito disso, adianto à Assembleia Municipal, que gostaria de falar sobre essa questão... Aliás, se é essa pergunta que me quer pôr e se porventura não teve coragem de a colocar directamente, com a autorização e a compreensão da Assembleia Municipal, vou-lhe dar resposta...

Sabe, Senhor Deputado Municipal, andamos cá todos há muito tempo... eu não tenho o menor problema em responder ao que quer que seja, porque *quem não deve não teme* e tenho uma história pessoal que fala por si... Fico na dúvida se o Senhor Deputado Municipal quis pôr a questão que colocou ou se quis, a pretexto dela, perguntar outra coisa... por isso, entendo dever responder às duas...

Quanto à questão que, aparentemente, o preocupa, a resposta é só esta: continuo a não ter nada a acrescentar àquilo que anteriormente disse e continuo a achar que mesmo algumas deficiências que possam estar a surgir no funcionamento de uma qualquer resposta, não chegam para se dizer que não valeu a pena o investimento... Relativamente às questões que tem aqui levantado, porventura justamente, de forma recorrente, recomendarei ao Senhor Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais que nos informe por escrito, porque para uma questão técnica deve haver uma resposta técnica... Quanto à outra questão, reiterar aqui tudo o que já disse em reunião de Câmara Municipal, que está em acta, e que, aliás, adiantei à Comunicação Social... qualquer Município tem a possibilidade legal de os seus Membros do Executivo em Permanência constituírem/terem Gabinetes de Apoio Pessoal... Essa legislação, por exemplo no Município de Soure, consagra a possibilidade de o Presidente da Câmara poder constituir um Gabinete de Apoio com um(a) Chefe de Gabinete, um(a) Adjunto(a) e um(a) Secretário(a)... cada Vereador em Regime de Permanência, se o entender, pode ter um(a) Secretário(a) a Tempo Inteiro... No Concelho de Soure, o que acontece é que perante aquilo que são os máximos legalmente permitidos pela Lei, o Gabinete de Apoio do Presidente da Câmara “cria” uma despesa pública de, apenas, $\approx 38\%$ do máximo legalmente previsto... Já o conjunto dos Gabinetes de Apoio do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores em Regime de Permanência uma despesa pública de $\approx 40\%$ do máximo legalmente permitido... Esta é a ambiência legal e a sua repercussão económica, em concreto... aliás, fiz um desafio a todas aquelas e aqueles que se apressaram a dizer que isto era mais um bom exemplo de desperdício... que fizessem a comparação destes valores com os de quaisquer outras Câmaras, com os de quaisquer Ministérios do Governo de Portugal e que mostrassem os casos concretos encontrados de ainda maior poupança...

Quanto a este caso concreto... em 8 de Abril de 2010, o Senhor Vereador Américo Nogueira, através de uma proposta pública, usando um conjunto de Considerandos, solicitou autorização para que fosse nomeado, como Secretário a Meio Tempo, o Senhor Aurélio da Mota Leite... justificou porquê, dando nota de que sendo as suas funções de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

natureza autárquica, no plano funcional, ligadas a parte do acompanhamento da conservação e manutenção das Infra-Estruturas, aos Transportes, à Protecção Civil, a uma parte do Desporto... que, sendo Vereador de todo o Concelho, tinha a responsabilidade de prestar particular atenção às Freguesias de Alfarelos, Figueiró do Campo e Granja do Ulmeiro... que, assim sendo entendia dever reforçar a sua proximidade com os cidadãos... por isso, que em vez de ter um(a) qualquer Secretário(a) “de Gabinete”, preferia alguém com experiência no terreno... Eu, manuscrevi, no canto superior esquerdo dessa proposta um despacho do tipo, “*Autorizo, nos termos da Lei*”... “*À Reunião de Câmara, para conhecimento*”... e, naturalmente, aos “*Recursos Humanos, para procederem em conformidade*”... aliás, despacho semelhante ao que consta na proposta de qualquer outro Vereador, neste Mandato ou em Mandatos anteriores!!!...

A partir de 1 de Maio, o Senhor Aurélio da Mota Leite passou a ser Secretário a Meio Tempo, auferindo o que a lei determina - $\approx 700,00\text{€}/\text{mês}$ -, mais os encargos patronais... Naturalmente, esse assunto foi à reunião de Câmara, em 27 de Maio de 2010, e foi publicado em Diário da República...

Depois disso, ao que parece, terá havido uma queixa anónima e terá sido aberto um inquérito... aquilo que esperamos das autoridades é que desenvolvam todos os esforços para o apuramento da verdade... ainda estou à espera, e continuarei, que nos provem se esse Senhor Secretário a Meio Tempo faz muito, pouco ou nada... Afigura-se-me que ainda está por definir na lei qual é a unidade de medida do exercício da actividade política... tanto quanto julgo saber, a única forma de medida geralmente aceite da actividade política é a paz social que se consegue como resultado/corolário da mesma... Como sabem, também nessa área do Concelho em particular, os resultados políticos e a paz social características, falam por si!!!... Assim, aproveito para, mais uma vez, saudar o marítimo trabalho político que está a ser desenvolvido, também nessa zona em particular, pelo Senhor Vereador Américo Nogueira... Estou de consciência tranquila e nem compreendo bem de que é que eu, em particular, sou acusado, porque me limitei a dar uma autorização, como qualquer outra, nos termos da lei...

Está, assim, dado à Assembleia Municipal o esclarecimento já prestado na Câmara Municipal...”

Usou da palavra o Senhor Deputado Dr. Francisco Malhão: “não digo que o investimento não é necessário, que não é útil. Digo é que não está a funcionar como era expectável que funcionasse, porque desde o final da obra tem tido bastantes avarias, mais do que suponhamos ser razoável.”

Usou da palavra a Senhora Deputada Ana Fortunato: “Abastecimento Público - Água... Proposta de Portaria para a Delimitação dos Perímetros de Protecção das Captações de Água Subterrânea no Concelho de Soure/ARHCentro... gostaria de saber mais alguma coisa sobre o assunto.

Comunicações e Transportes - Rede Viária e Sinalização... Variante às EN 341 e EN 347 - Alfarelos/Taveiro/DIA (Declaração de Impacte Ambiental)/Caducidade... também gostaria de obter informação.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara: “o Abastecimento Público de Água no Concelho de Soure assenta em 13 Subsistemas... A maioria desses Subsistemas já tem duas captações que funcionam em regime alternativo, nos períodos de menor consumo, e cumulativo, nos períodos de maior consumo... Agora, o que é que acontece?.. A lei obriga a que haja como que uma área mínima à volta da captação, que procure evitar a possibilidade de se verificarem agressões ambientais... a Câmara Municipal teve, nos termos da lei, que mandar fazer um Estudo para que fosse publicada uma Portaria que consagrasse esses afastamentos... Foi feito esse Estudo, foi enviado para a Administração da Região Hidrográfica do Centro... esta, com base nesse Estudo, mandou-nos uma proposta de Portaria que consagra essa salvaguarda... nós, com informação da nossa Chefia de Divisão, levámos o assunto à reunião de Câmara e aprovámos que nada tínhamos a opor à proposta de Portaria porque, no fundo, a Portaria vinha implementar as conclusões do Estudo e procurar salvaguardar os tais perímetros de protecção para, de alguma forma, garantir que não haja “violações” ambientais, que não haja entradas na zona protegida de cada captação...

Variante... como sabem, há anos que andamos a ouvir falar na questão do investimento na Ligação Viária, Coimbra/Taveiro, Taveiro/Arzila, Arzila/Alfarelos... do que estamos a falar é, na prática, do Troço Arzila/Alfarelos... recordar-se-ão que há mais de 10 anos que foi aberto um Concurso Público - trata-se de uma obra da Administração Central -... depois um outro Governo determinou a anulação desse concurso por razões ambientais... em resumo, a Câmara Municipal, pelo menos por duas vezes, ao longo destes últimos 10 anos, pronunciou-se sobre possíveis traçados alternativos... A última vez que nos pronunciámos sobre um traçado alternativo, tínhamos dado um Parecer semelhante ao da Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova, que não coincidia com o da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho... Agora, a Agência do Ambiente vem-nos dar nota que, mesmo os percursos alternativos que estavam em estudo, pura e simplesmente não foram aprovados... tal significa que as medidas preventivas caducam... O que é que isto quer dizer?.. Quando se perspectiva a possibilidade de passar por aqui, ou por ali, um qualquer traçado, há afastamentos definidos em que os Municípios atravessados não podem aprovar licenciamentos com base em medidas preventivas!!!... Agora corre-se um risco... se alguém resolver requerer o licenciamento de uma obra numa zona dentro do afastamento mínimo onde estava previsto poder vir a passar uma via de comunicação, nós já não temos nenhuma medida preventiva, nenhuma base legal para não licenciar... estamos a ver, os três Concelhos mais interessados - pelo menos para zonas em que nos pareça que, inevitavelmente, amanhã possa aparecer uma solução que por lá tenha que passar -, se encontramos uma qualquer forma de travarmos cautelarmente a possibilidade de licenciamento...”

Usou da palavra o Senhor Deputado Simões de Almeida: “em relação à Dívida, fico satisfeito por verificar que há a tendência desta redução, de ano para ano, ou seja, de 23.12.2010 a 23.12.2011 há um abaixamento de 372.000,00€. Por outro lado, preocupa-me que a redução é significativa na Banca mas quanto a Outros Credores não se verifica o mesmo, ou seja, há



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

um acréscimo de 245.000,00€. Aí, fico preocupado porque sabemos que o período que estamos a atravessar é muito complicado, todos os dias vemos falências de empresas e não gostaria de ouvir dizer que o Município de Soure contribuiu para situações dessa natureza. Gostaria de falar sobre a aquisição da Sede do Grupo Desportivo Sourense e começo por dizer que compreendo e comungo com um dos motivos que levou o Município a adquirir esse imóvel, que é estancar a possibilidade de especulação imobiliária, uma vez que a sua situação dentro da Vila, é muito favorável a existir especulação, portanto, o Município aceitou adquirir aquelas instalações e fez bem. Preocupa-me outra situação, que é: sabemos que o Grupo Desportivo Sourense está a “viver” um momento difícil em termos económicos, sabemos que outras colectividades estarão a sentir essa mesma preocupação financeira. Não estaremos aqui a abrir um precedente?! E se amanhã vier aqui outra colectividade, à Câmara, dizer “*estamos em situação difícil, por favor façam aquilo que fizeram ao Grupo Desportivo Sourense...*”... é só esta a minha preocupação. Não estamos a abrir um precedente, para o futuro, a nível do Concelho?!”

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara: “não sei se o Senhor Deputado Municipal já estava presente quando fiz a minha intervenção sobre a evolução da Dívida... parece-me que terá feito qualquer leitura em que terá cruzado menos bem os dados... isto, porque de 26 de Setembro até agora, a Dívida a Credores que não a Banca diminuiu qualquer coisa como quatrocentos mil euros... sendo que diminuiu à Banca $\approx 70.000,00\text{€}$, e estou a falar de 26.09.2011 a 23.12.2011... Percebo o que quis dizer, mas chamo à atenção do seguinte: se compararmos os valores de 26.09 aos de 23.12... ainda que assim seja, se subtrairmos à Dívida a Credores que não a Banca a parte relativa a obras co-financiadas e se considerarmos que $\approx 80\%$ desse valor corresponde a créditos de Fundos Comunitários aprovados, chegamos à conclusão que em 26.09 eram 3.115.000,00€ e que agora, em 23.12, são 3.075.000,00€. Portanto, no fundo, há uma diminuição de $\approx 40.000,00\text{€}$, não houve agravamento!!!... mas, eu disse mais... que se pegássemos nos valores da Dívida no final dos últimos 5 anos - 2007/2008/2009/2010 e 2011 -... constata-se que, de forma pouco ou muito significativa, de final de ano para final de ano, a Dívida tem sempre baixado!!!... e isso é tanto mais significativo quanto nestes 5 anos fizemos $\approx 70.000.000,00\text{€}$ de Despesa Pública e a Dívida baixou $\approx 1.700.000,00\text{€}$, cerca de 1.400.000,00€ na Banca e $\approx 300.000,00\text{€}$ a Outros Credores que não a Banca...

Depois, referiu que tem uma preocupação, que subscrevo... a de que devemos ter, neste período, muito cuidado com os credores “privados”... eu respondo da seguinte maneira: sem prejuízo de reconhecermos que não podemos ter atrasos na justificação de co-financiamentos com a CCDRC - porque sempre que recebemos um co-financiamento se não justificarmos o pagamento integral em 20 dias, param os processos -... sem prejuízo de não podermos ter atrasos com a Banca... não é menos verdade que, o não podermos falhar nestas duas áreas, não nos pode levar a ter menos cuidado com os pequenos credores... Nós aqui, mesmo com as dificuldades de Tesouraria que temos... temos tido a preocupação de, tanto quanto possível, quando não podemos pagar atempadamente, promover reuniões personalizadas entre os nossos serviços técnicos e responsáveis de pequenas empresas para os ajudar a encontrar soluções alternativas...



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Temos tido essa preocupação... agora, não a temos quando, porventura, um qualquer pequeno ou médio empresário tem prazer em dizer “*ainda não recebi, já devia ter recebido*”...

Sede do Grupo Desportivo Sourense... a questão que colocou foi a que, no Executivo, nós próprios colocámos... que, de facto, esta aquisição patrimonial não pode em circunstância alguma ser confundida com a abertura de um precedente...isto é, ela não significa que, doravante, sempre que uma qualquer Instituição Concelhia tenha dificuldades, seja adoptado um procedimento semelhante, como “bóia de salvação”... Importa referir aqui dois aspectos: em primeiro lugar, o Grupo Desportivo Sourense tem, tanto quanto julgo saber enquanto associado do mesmo, uma situação económica equilibrada... o que tem é uma questão de há dois anos, em que há uma Direcção que, mal ou bem, terá contratado um empréstimo, não terá justificado bem onde é que o utilizou, não terá garantido a solvência desses compromissos... com esse incumprimento, os actuais Dirigentes julgariam que estando isso a ser resolvido em Tribunal, para saber se a Dívida era do Grupo Desportivo Sourense ou desses Dirigentes, haveria tempo para a resolução... mas, a verdade é que o Banco para não estar à espera, pura e simplesmente, resolveu executar o Grupo Desportivo Sourense, sendo que ao fazê-lo criou uma situação difícil ao mesmo... O Grupo Desportivo Sourense, depois de ter tentado soluções privadas no mercado, percebeu que num período difícil como este, se o imóvel Sede vale $\approx 200.000,00\text{€}$, a verdade é que havia um risco, que era o Banco poder vender aquilo pelo valor da Dívida... Ora, entre aparecer, um qualquer “abutre” que comprava um imóvel por 70/80.000,00€, mesmo valendo $\approx 200.000,00\text{€}$, o Grupo Desportivo Sourense teve a possibilidade de a Banca “esquecer”os juros e acordar reduzir a dívida para 57.000,00€...

Por outro lado, estamos perante um edifício com uma localização central... não temos agora recursos para o recuperar no plano da utilidade cultural e, se calhar, hoje as casas de “cinema à antiga” não têm grande viabilidade, mas há uma localização, há um interesse de natureza urbana e há uma disparidade tal entre aquilo que seria o valor da venda da Sede e o seu valor efectivo, que, foi entendido que, apesar de tudo, sem abertura de precedentes, deveríamos fazer este esforço, aprovar esta aquisição pelo valor e nas condições de pagamento já explicadas numa intervenção anterior.

Houve aqui um conjunto de circunstâncias excepcionais, em que ficaríamos todos, no Executivo, de consciência intranquila, no mínimo, se não fizéssemos um esforço também de natureza excepcional para ajudar a resolver esta situação.”

Usou da palavra o Senhor Deputado Simões de Almeida: “em matemática os valores são exactos. Fui ver qual era a Dívida em 23.12.2010 e a 23.12.2011. Fiz a análise num ano e chego a esta conclusão: a Banca baixou 618.000,00€ e a Outros Credores subiu 245.000,00€.”

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara: “tinha percebido que tinha feito a comparação com 26.09... mas, devo dizer o seguinte: em primeiro lugar, os 3.635.000,00€ já expliquei que são 3.075.000,00€... enquanto que, quanto ao valor de 3.389.000,00€, de 23.12.2010, não tendo agora aqui elementos que nos permitam fazer idêntica “correção”, por forma a podermos fazer a comparação devida... ainda assim, haveria as obras que estavam a arrancar, mas não vejo que houvesse já facturação significativa com co-financiamentos... também lhe quero dizer, que se formos ver os anos todos e se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

compararmos sempre a Dívida a Credores que não a Banca na última Sessão de Assembleia com a de final de ano, por exemplo, o ano passado 3.389.000,00€/3.955.000,00€... porquê? Porque nos últimos dias do ano é prática corrente que quaisquer documentos que possam estar em trânsito sejam lançados para não haver praticamente conciliação a fazer... aquilo que acontece, mas acontece todos os anos, é que se repararem, o valor que surge na Assembleia Municipal, uma semana ou duas antes de terminar o ano, é sempre inferior 200/300.000,00€ ao valor que aparece na Conta de Gerência, relativa a 31.12... Este é um esclarecimento adicional, verificável ano após ano.”

Usou da palavra o Senhor Deputado Luís Rente: “na Informação Escrita não vem ainda nada referente à discussão que terá que haver sobre o Documento Verde da Administração Local e após ter visto na Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada em 31 de Outubro de 2011, o Senhor Vereador Mário Jorge Nunes diz que “... o Documento Verde é um documento de debate, estudo, reflexão, para discussão e que não vale a pena fazermos mais que isso porque o passo seguinte será uma proposta de lei... quando for proposta de lei e estiver em discussão, aí sim, devemos lê-la com mais atenção...”. Diz ainda mais à frente que este documento “... não é relevante para o Concelho de Soure...”. Ora, analisando o Documento Verde, e nesta data de 31 de Outubro, ainda estaria em vigor a primeira versão do Documento Verde. Segundo esta proposta, noto que desapareceriam quatro Freguesias do Concelho de Soure - Brunhós, Degraças, Tapeus e Granja do Ulmeiro -. Após uma nova proposta apresentada pelo Governo, foi “salva” a Freguesia da Granja do Ulmeiro. Gostaria de saber em que medida isto não é relevante para o Concelho de Soure e gostaria também de fazer um alerta, que é: segundo consta no Documento Verde, as discussões públicas teriam que, forçosamente, começar em Novembro e prolongar-se até Janeiro de 2012. Estes prazos são fixos, não há volta a dar, para haver discussão pública terá que ser nestes prazos de modo a que a voz das populações chegue à proposta de lei, que será apresentada futuramente. Pelo que tenho visto noutros Concelhos, já existe essa discussão pública, no Concelho de Soure ainda não encontrei informação sobre isso.

Agora, se me permite, sobre a compra do edifício do Grupo Desportivo Sourense, pelo que pude ver, também data de 31 de Outubro de 2011, da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure... quero também reforçar o facto de a Câmara Municipal ter proposto a compra do edifício, que tem importância para o Concelho, de modo a “salvá-lo” da especulação imobiliária, mas é dito que ainda não se tem uma noção exacta sobre o que se irá fazer com o edifício. Gostaria de saber se existe um plano de utilização do edifício, se foi uma compra apenas de urgência, na altura, para ajudar o Grupo Desportivo Sourense, existindo depois a criação de um plano.

De modo a não movimentar discussões desnecessárias para esta Assembleia Municipal, que em nada a dignificam, relativamente ao caso do Senhor Secretário a Meio Tempo, gostaria apenas de saber se algum dos envolvidos neste caso recebeu alguma carta formal de acusação ou se ainda está em prazo de investigação.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara: “começando pelo fim... até poderia dizer, coisa que nunca uso, que estava o que queria que fosse, em segredo do que quer que fosse... os supostos co-autores de um pseudo crime de peculato aguardam que o Ministério Público conclua a avaliação do processo e que se decida pela acusação ou pelo arquivamento.

Grupo Desportivo Sourense... “compra de urgência para salvar o Grupo Desportivo Sourense, se existe já algum plano”... em primeiro lugar, nós não fizemos uma compra para salvar o Grupo Desportivo Sourense... nós tomámos uma decisão que considerámos de interesse concelhio!!!... uma decisão de interesse concelhio pode integrar a ajuda a uma instituição que consideramos com História e valia social no Concelho... mas, parece-nos redutor dizer-se que uma deliberação municipal, que, para ser municipal, tem interesse concelhio, foi uma deliberação reduzida a salvar esta ou aquela instituição... até porque nós não salvámos a instituição, o mais que poderia acontecer era a instituição continuar e ver um seu elemento patrimonial ser vendido em hasta pública por um valor muito inferior ao de mercado!!!... Portanto, não considero que a Câmara Municipal tenha decidido para salvar o Grupo Desportivo Sourense... a Câmara Municipal deliberou, aprovou uma proposta para melhor defender aquilo que consideramos ser o interesse concelhio... tivemos que tomar uma atitude de urgência - isso é verdade - porque havia prazos a cumprir!!!... É evidente que, quanto ao edifício... ao longo dos anos, ainda que sendo o edifício do Grupo Desportivo Sourense, já várias sugestões têm vindo a ser ventiladas... desde o desenvolvimento de um projecto para restaurar a parte da sala de cinema, eventualmente com uma parte comercial... a verdade é que isso nunca andou, porque nunca houve recursos em excesso para priorizar esse investimento, também, porque não foi possível aproveitar um qualquer Programa Comunitário que atendesse expressamente a essa possibilidade, ou nunca apareceu, se calhar, a parceria privada que, de forma transparente, quisesse rentabilizar o seu investimento... a rentabilização de um qualquer património público ou para público, como é o do Grupo Desportivo Sourense, tem que ser sempre feita com racionalidade económica/social... Portanto, é uma questão em que, para já, se resolveu o problema que considerámos que, sendo do Grupo Desportivo Sourense, era concelhio... a seu tempo, retomaremos a análise, a avaliação de qual a utilização que poderemos vir a dar... acresce que, por exemplo, ao longo deste tempo, o edifício tem tido outras utilidades... Recordo que, desde IPSS com Sede no Concelho que, enquanto realizaram obras de remodelação/requalificação, se têm servido, durante períodos consideráveis, de algumas áreas desse edifício, desde outro tipo de colectividades que enquanto não tiveram Sede tiveram a colaboração do Grupo Desportivo Sourense, o edifício tem vindo a ter utilidade social... portanto, a resposta que lhe posso dar é: foi uma compra com alguma urgência, considerada de interesse concelhio, sendo que aquilo que possa vir a ser o futuro social e urbano do edifício continuará a ser objecto de análise, nada estando decidido...

Documento Verde da Administração Local... o Senhor Deputado Municipal leu uma transcrição daquilo que foi uma intervenção do Senhor Vereador, Mário Jorge Nunes, numa reunião de Câmara... julgo que também terá lido a minha resposta... na qual referi que achava que era um assunto que considerava de grande interesse e que deveria ser, em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tempo útil, debatido mesmo na fase de estudo... o que deverá acontecer, durante o primeiro trimestre do próximo ano, independentemente do prazo de que fala esse documento... no fundo, debater, em sede própria, aquilo que será o pensamento sobre a eventual repercussão desses estudos, que têm já várias versões, no Concelho de Soure... aliás, foi isso que disse na penúltima Sessão da Assembleia Municipal, em resposta a um Senhor Deputado Municipal que colocou uma questão semelhante... foi, aliás, nessa linha que respondi ao Senhor Vereador, Mário Jorge Nunes, sendo que me pareceu que ele não pretendeu desvalorizar a importância do assunto, muito menos a sua repercussão no Concelho, tão só, apenas, terá querido desvalorizar o prazo pseudo urgente subjacente à análise do documento.

Também lhe quero dizer o seguinte: quando diz que com a primeira versão, fazendo a simulação da aplicação da mesma, se perspectivava acabar com quatro Freguesias... não leu bem!!!!... e quando diz que a segunda versão “salva” a Freguesia da Granja do Ulmeiro, voltou a não ler bem!!!!...

O que lhe quero dizer é que, de acordo com a primeira versão, havia três situações em que havia Freguesias que, de per si, não teriam escala para ser sequer uma Freguesia de escalão mínimo - havia três patamares de Freguesias -... mas, considerava que havia uma outra Freguesia - Granja do Ulmeiro - em que era uma questão de falta de escala... para aquilo que era a sua caracterização - maioritariamente urbana -... para esse tipo de Freguesia, tinha escala a menos, mas também não determinava se passava para a escala abaixo... o que não apontava objectivamente era que deixava de ser Freguesia!!!!... Portanto, a continuidade de Granja do Ulmeiro como Freguesia, nunca esteve em “perigo”, quando muito, colocar-se-ia a necessidade da Freguesia da Granja do Ulmeiro “absorver” outra... isto, porque as outras três Freguesias tinham falta de escala, teriam que se agregar... nessa versão, o caso da Freguesia da Granja do Ulmeiro não era confundível com os casos de Brunhós, Degracias, Pombalinho e Tapeus... nem são quatro Freguesias... de acordo com a sua opinião eram cinco ...

Nesta altura, aquilo que lhe posso adiantar é que, de acordo com declarações públicas de responsáveis, mesmo que esta última versão possa vir a ser proposta de lei, e porventura lei, a última palavra deverá caber à Câmara e à Assembleia Municipal... Há uma coisa em que estou de acordo consigo, é que nós não nos devemos demitir de, apesar de tudo, nos ouvirmos... se, de facto, Brunhós, Degracias, Pombalinho e Tapeus, de acordo com uma lei que vier a ser aprovada, não tiverem condições para continuar Freguesias, o que é que pensamos?... Não deixaremos de ouvir a Câmara, de ouvir a Assembleia Municipal, de ouvir os Cidadãos mais directamente interessados!!!!... Concordo com a sua preocupação, mas não concordo com aquilo que me parece uma interpretação sua excessiva da intervenção do Senhor Vereador, nem com as suas conclusões, um bocadinho rápidas e ligeiras...”

Usou da palavra o Senhor Deputado Luís Rente: “a discussão pública será feita em tempo útil, no primeiro trimestre de 2012... lembro que basta ler o Documento Verde, que diz que a discussão pública terá que ocorrer, forçosamente, até final de Janeiro de 2012, de modo a que essa discussão pública possa ser discutida na Assembleia da República.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Quanto à questão da Freguesia da Granja do Ulmeiro, relembro que na primeira versão do documento vinha escrito que em Concelhos de Nível 3, como é o caso de Soure, só poderia existir uma Freguesia com área predominantemente urbana e, neste momento, existem duas: Soure e Granja do Ulmeiro, logo, a Freguesia da Granja do Ulmeiro iria desaparecer ou teria que se agregar a outra mas nunca poderia ser Freguesia de área predominantemente urbana.”

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara: “onde é que esse documento diz que uma Freguesia que não tenha condições para o ser num patamar, não o possa continuar a ser noutra?...”

Não há nada que diga que uma Freguesia tem de ser rural, urbana, maioritária ou predominante... isso, no fundo, é um “desenho”...

Por outro lado, a questão da discussão pública... importa perceber o que é que o Senhor Deputado considera discussão pública... eu não disse que íamos reunir Freguesia a Freguesia... o que digo é que debateremos o assunto na Câmara Municipal, na Assembleia Municipal e, com os Autarcas das Freguesias que, tudo aponta, possam vir a ser confrontados com a aprovação de uma Lei desta natureza... Ninguém vai fazer aqui uma participação de bases... isto ainda não é uma democracia directa, é uma democracia representativa... o Senhor Deputado Municipal deve estar confuso... nós defendemos a democracia representativa, não defendemos a democracia directa!!!...”

Usou da palavra o Senhor Deputado Dr. Jorge Mendes: “Dívida... o que se verifica é que, no espaço de um ano, entre 23.12.2010 e 23.12.2011, a Dívida, globalmente, desceu no valor de 380.000,00€.

Discriminando, na Banca há uma diminuição gradual e substancial embora, como referiu o Senhor Deputado Simões de Almeida, tenha subido no que respeita a Outros Credores. O que interessa aqui referir é que, de facto, a Dívida está controlada financeiramente. De ressaltar ainda, e salientar, tal como o Senhor Presidente da Câmara referiu, nos últimos 5 anos, a Dívida Pública baixou no valor de 1.700.000,00€. Sendo assim, penso que quanto à questão da Dívida, a situação está perfeitamente aceitável.

No que respeita à descrição das actividades da Câmara Municipal, em primeiro lugar, queria salientar os Acordos que estão a ser feitos com as IPSS. São, de facto, Acordos importantes e vêm “substituir” aquilo que compete à Segurança Social e sobre este assunto queria trazer aqui a discussão que houve na última Assembleia Municipal acerca da fixação da percentagem dos 5% do IRS. Parecendo que não, é importante referirmos isso.

Na altura, houve uma proposta, da CDU, de redução de 1%. A justificação dessa não aprovação e da aprovação da proposta aqui aprovada era a de que a “almofada”, a existir, deveria estar do lado da Câmara Municipal porque, essa sim, conhecia bem o Concelho e poderia fazer a distribuição de uma forma melhor, mais equitativa e que pudesse resolver os problemas das classes mais desfavorecidas ou socialmente mais caracterizadas e, de facto, assim verificamos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Pegando no Orçamento para 2012, que ainda não foi aprovado, vou “socorrer-me” dos valores que lá estão. Está aqui previsto um valor de participação fixa de IRS de 388.000,00€, o que corresponde aos 5% do IRS que a Câmara podia “abrir mão”, e ainda bem que não o fez. Assim sendo, essa redução de 1%, na altura proposta da CDU, daria o valor de 77.000,00€. Está aqui previsto, nesta acção para 2012, nos Acordos com as IPSS, e volto a referir que é para salvaguardar situações que a Segurança Social não cobre e a Câmara “tomou as rédeas”, a iniciativa de promover esses pagamentos às IPSS senão estas não poderiam sobreviver. Está aqui previsto um valor de 46.000,00€, ou seja, dos 77.000,00€, 46.000,00€ estão aplicados neste apoio. Isto para dizer que, de facto, esta acção veio corroborar aquilo que fizemos aqui, na última Assembleia Municipal, da aprovação dos 5% do IRS. Essa “almofada” está a ser distribuída de forma correcta.

Gostaria de colocar, ao Executivo Municipal, algumas questões que eram mais de explicação... uma delas tem a ver com a Reabilitação de Habitações Degradadas, página 9 da Informação Escrita. Há aqui um Apoio à Reabilitação de Habitações Degradadas e há um Protocolo de Colaboração... queria saber até que ponto é que a Câmara Municipal está a dar esse apoio.

Na página 13, Requalificação do Espaço entre os Rios Anços e Arunca... Houve uma Prorrogação de Prazo e há aqui uma Abertura de Braço de Água entre os Rios Anços e Arunca. Não terei ficado com a ideia, inicialmente, de qualquer abertura entre os dois rios. Queria, se pudesse, que esclarecesse este assunto e fizesse o ponto da situação.

Por último, na página 16, em Saneamento e Salubridade - Higiene Pública, está a Recolha de Óleos Alimentares Usados. Queria saber que tipo de Programa é este e em que fase é que está.”

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara: “Óleos Alimentares Usados... a Câmara Municipal aprovou subscrever um Protocolo de Colaboração, evidentemente com informações técnicas, da área do Ambiente e da área Jurídica, de suporte, por um período até cinco anos, com uma empresa certificada... Acordo esse que prevê que até final deste ano sejam colocados, em locais a designar pelo Município, 12 oleões... no próximo ano, mais 12 e a partir daí o número que consideremos que melhor responde àquilo que for o quadro de necessidades do Concelho.

O investimento da Câmara Municipal na colocação desses oleões é nulo... nós só temos apenas que preparar os sítios onde o oleões são aplicados e colaborar numa adequada campanha de informação para divulgar junto dos cidadãos onde é que estão os oleões e para os sensibilizar para o interesse que haverá na deposição desses óleos alimentares usados nesses oleões... Por outro lado, no que toca a restaurantes e estabelecimentos similares, facultaremos, a essa empresa, uma listagem dos mesmos em todo o Concelho... essa empresa promoverá a aproximação junto dessas instituições para com elas acordar a recolha legalmente prevista para o encaminhamento dos óleos e desse tipo de resíduos... Portanto, basicamente, estamos a falar de, em vez de termos uma resposta que assentava, única e exclusivamente, em termos de óleos, naquilo que as médias superfícies tinham, é a própria Câmara Municipal, em colaboração com a tal empresa, a fazer uma cobertura concelhia com estes 12 oleões!... Porquê 12?... Não apenas porque há um mecanismo legal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que tem o montante mínimo inferior por número de habitantes, mas 12 porque, pelo menos, colocamos um em cada Freguesia...

Abertura da Linha de Água nos Bacelos... uma coisa é o projecto inicial da 3.ª Fase da Requalificação do Espaço entre os Rios Anços e Arunca... isso era o projecto inicial, tem uma candidatura aprovada e a obra está a ser desenvolvida... Outra coisa é uma possibilidade, em que se está a avançar, sendo que ainda há uns problemas por resolver... é a possibilidade de, complementarmente à Requalificação do Espaço entre os Rios, haver um “braço” que ligue o Rio Anços ao Rio Arunca... Se isso acontecer, qual é o interesse deste investimento?... Como sabem, o Rio Anços é um rio tendencialmente despoluído... o Rio Arunca tem um problema, vindo de Pombal, em que por vezes é “agredido” com algumas descargas ilegais de empresas... a intenção é: o Rio Arunca entra em Soure, tem a possibilidade de ver “desviado” o seu leito para a Vala Real... está-se a estudar a possibilidade de haver um “braço” que ligue os rios que, no Verão, permita que a água do Rio Anços seja encaminhada para o Rio Arunca, para que haja dois troços fluviais naturalmente despoluídos... entretanto, com o regresso do Inverno, tudo volta à normalidade, porque não devemos contrariar a natureza... Este investimento complementar, a concretizar-se, deverá rondar os 200.000,00€... assim, estamos a falar de uma iniciativa complementar à que está a ser desenvolvida...

Programa Conforto Habitacional... a Câmara Municipal já tem vindo, de forma diligente mas sem propaganda, a fazer o seguinte: 3, 4 casos por ano, desde que caracterizados e pré-avaliados pela Segurança Social... tem havido agregados que tiveram um apoio da Segurança Social e têm um apoio complementar da Câmara Municipal até 2.500,00€... têm acompanhamento técnico e se a Segurança Social diagnosticou um problema, feita a avaliação de quanto é que era preciso para o resolver, com equipamentos, pequenas obras na casa... - imagine-se que eram precisos 6.000,00€, a Segurança Social atribuiu 2.000,00€, a Câmara tem vindo a aprovar 2.500,00€ -... Este tipo de apoios, temos aprovado 3,4 por ano!!!...

Nós já tínhamos, mesmo sem cobertura nacional, uma resposta que implicava, sensivelmente 10.000,00€/ano, em que apoiávamos 3 ou 4 destes casos, devidamente sinalizados... Agora, o que é que acontece?... A Segurança Social veio-nos convidar a acordarmos a participação num Programa deste género, em que definem claramente quais os agregados, que condições têm de reunir para ser sinalizados e se poderem candidatar... Se já tínhamos uma resposta “sem cobertura”, alargámos a resposta também a este Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas.

Este Programa está a ser divulgado nacionalmente, nós próprios iremos promover, servindo-nos das IPPS e Juntas de Freguesia, uma divulgação das características nacionais do Programa e, na prática, significa que uma coisa que já fazíamos a título autónomo, vamos também passar a fazer integrados neste Programa Nacional.”

Foi apreciada a Informação Escrita apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Os trabalhos foram interrompidos por cinco (5) minutos.

PONTO 2. APRECIACÃO DE PROPOSTAS DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPIE AMR - E DO ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2012

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara: “em termos de metodologia, quer técnica, quer política, a elaboração destas propostas seguiu a mesma das anteriores... isto é, basta uma leitura atenta das actas de apresentação de propostas de Plano e Orçamento dos últimos anos para se perceber que, no plano técnico e no plano político, a metodologia foi a mesma...”

Ainda que a metodologia tenha sido a mesma, importa não perder de vista que esta proposta de um instrumento de planeamento não deixa de ser mais um documento, mais um instrumento em consonância com um programa político... porquê?... Porque estes quatro anos - 2009 a 2013 - estão a ser desenvolvidos, tanto quanto possível, em obediência ao cumprimento de um programa que está legitimado, porque foi sufragado... é com base naquilo que está escrito nesse programa, que estes documentos/propostas, naturalmente com as condicionantes dos tempos que estamos a atravessar, estão a ser elaborados... Portanto, continuam a ser documentos que integram uma estratégia política que é aquela que está legitimada e sufragada.

Quando apresentei a proposta de Plano e Orçamento para 2011, comecei por vos dizer que “*estávamos a apresentar uma proposta para um ano, de natureza ainda mais excepcional em termos de dificuldades*”... 2012, como alguns já previam, outros acreditavam, outros nem por isso, é um ano onde, se 2011 era um período ainda mais excepcional, 2012 vais ser um ano excepcionalmente exigente em termos de manutenção de equilíbrios do lado da Receita e do lado daquilo que nos propomos fazer, do lado da Despesa... antes mesmo de nos debruçarmos sobre a proposta, só para caracterizar este ano excepcionalmente muito difícil, gostaria de fazer convosco uma reflexão rápida, semelhante à que fiz na reunião de Câmara. Capítulo da Receita... por um lado, não haverá a menor possibilidade, a não ser que surjam alterações legais, de recurso ao endividamento, numa Câmara que está a amortizar, só em termos bancários, 1.000.000,00€/ano... Se olharem para a proposta de Orçamento está 1.015.000,00€...

Por outro lado, só naquilo que é a principal receita municipal - Transferência do Orçamento Geral do Estado -, se em 2010 tínhamos recebido a menos quase 300.000,00€, em 2011, além desses 300.000,00€ a menos, mais ≈ 378.000,00€ a menos... agora, além desses quase 700.000,00€ a menos, mais ≈ 359.000,00€ a menos... isto é, em três anos tivemos uma diminuição na receita relativa às Transferências do Orçamento Geral do Estado, ligeiramente superior a 2.000.000,00€!!!... Resumindo, no capítulo da Receita, voltamos a ter uma significativa diminuição em termos de Transferências do Orçamento Geral do Estado e, por outro lado, continuamos a ter “fechadas as portas” da utilização de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Endividamento, mesmo num quadro em que estamos a amortizar $\approx 1.000.000,00\text{€}$ /ano só em Dívida Bancária.

Do lado da Despesa, gostaria que percebessem o seguinte... aquando da aprovação na CIM - Baixo Mondego, do Plano de Desenvolvimento Sub-regional que integrava o Concelho de Soure, na altura foram definidos quais os investimentos em Soure que tinham a possibilidade de ter candidaturas aprovadas, qual o seu valor global... cerca de $7.000.000,00\text{€}$... pouco mais de $\approx 5.000.000,00\text{€}$ a Fundo Perdido, quase $2.000.000,00\text{€}$ de esforço municipal!!!!...

No início de 2012, destes investimentos com Fundos Comunitários aprovados, para fechar estes $7.000.000,00\text{€}$, ainda faltam cerca de $3.000.000,00\text{€}$... tal significa que iremos ter que pagar - porque esses pagamentos são inadiáveis - $\approx 3.000.000,00\text{€}$ que obrigarão a um esforço municipal de $\approx 600.000,00\text{€}$... Do lado da Despesa, no primeiro semestre, daqui não nos poderemos desviar, como não nos poderemos desviar, por exemplo, como já referi, só de repercussão da alteração da taxa do IVA do lado dos consumos energéticos municipais... mesmo que venhamos a conseguir substituir, ao longo do ano, parte das ≈ 10.000 luminárias, o impacto será de $35/40.000,00\text{€}$ a mais e na BT/BTE, em 6 meses, mais $90.000,00\text{€}$ e na Iluminação Pública, pelo menos no primeiro semestre, $\approx 40.000,00\text{€}$... Este tipo de acréscimo de Despesa a mais é inevitável!!!!... Acresce que mesmo num Concelho onde se tem resistido, e nós acompanhamos de perto os problemas de fragilidade e vulnerabilidade social, quer em termos de controlo de desemprego, quer da evolução da taxa bruta de actividade, mas mesmo e ainda assim, têm surgido mais nichos de pobreza, o que significa que no domínio da Acção Social poderemos ter que rever em alta, além do alargamento já previsto, algumas respostas sociais de natureza excepcional... se pensarmos só nestes dois apontamentos da Receita: diminuição das Transferências do Orçamento Geral do Estado e impossibilidade do recurso ao Endividamento... do lado da Despesa, o esforço nas co-financiadas, o esforço no alargamento e intensificação na resposta social e mesmo a questão dos consumos energéticos, só isto, sem mais, explica que há uma ambiência condicionadora que verdadeiramente nos limita e tornará o exercício de 2012 particularmente ainda mais difícil do que é habitual!!!!...

De qualquer maneira, dir-vos-ia que, ainda assim, a proposta que vos é apresentada tem a ambição possível, sendo aquilo que acreditamos que possa vir a ser possível... tem uma responsável contenção, aliás, basta compararem os valores globais, quer da proposta de Plano, quer da proposta de Orçamento com os que constam das propostas de Plano e Orçamento que aprovámos para 2011, para perceberem que há, desta vez, uma contenção efectiva, que resulta logo claro, se compararmos estes valores...

No domínio do Orçamento... em termos de autosuficiência orçamental, podem confirmar que as Receitas Correntes, tudo aponta, voltarão a exceder as Despesas Correntes, mas desta vez, em mais de $1.000.000,00\text{€}$, ou seja, continuaremos a consolidar e não apenas a manter, a autosuficiência orçamental!!!!...

Gostaria ainda de voz dizer, em termos de descentralização, que mesmo numa altura em que há maior escassez de recursos, não optar pela descentralização seria desaproveitar o efeito multiplicador que decorre da mobilização de vontades... por isso, se verificarem na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

proposta de Orçamento, do lado da Despesa, quer das Correntes, quer de Capital, constatarão que o somatório das Transferências Correntes com as Transferências de Capital, continua a valer sensivelmente 1.000.000,00€... Num quadro em que o valor global da Despesa é menor, mesmo assim, procuraremos manter \approx 1.000.000,00€ no conjunto das transferências... isto significa que as transferências para os mundos da Educação, da Cultura, do Desporto, da Acção Social, da Protecção Civil, designadamente e em particular estes, em princípio, exceptuando no Desporto a parte Sénior, não sofrerão alterações... pelo contrário, no domínio da Acção Social, poderão até haver reforços...

Nas Despesas com Pessoal, é evidente ainda um maior emagrecimento... Não tem apenas a ver com o facto de nem toda a gente ir receber Subsídio de Férias ou não... basta olhar para os Mapas de Pessoal para perceberem que há uma diminuição de 15 vagas, em termos de lugares criados... mesmo em termos de lugares ocupados, se compararem o de 2011 com 2012, diminui de 311 para 296, sendo que os lugares ocupados são 268... De qualquer maneira, também aqui a mobilidade que tem havido, ano após ano, em que o número de aposentações tem sido muito superior ao número de admissões, ajuda a este emagrecimento... também tem contribuído para este emagrecimento, a diminuição do Trabalho Extraordinário e outro tipo de contenções que temos vindo a implementar... Chamo a atenção que, se já na proposta de 2011 as Despesas previstas com Pessoal eram inferiores em cerca de 30.000,00€ às de 2010, desta vez, a proposta de Despesas com Pessoal é inferior em cerca de 270.000,00€ à proposta de Despesas com Pessoal que foi prevista para 2011!!!!... Portanto, mesmo aqui, vamos continuar, sem despedimentos, mas a aproveitar algum emagrecimento que decorre de normativos nacionais e de opções internas... recorde-se, por exemplo, que nas Piscinas ao Ar Livre, costumávamos contratar 6 pessoas para os 3/4 meses de Verão... este ano, fizemo-lo aproveitando alguma menor ocupação de Auxiliares ligadas ao mundo da Educação, que, de alguma forma, reaproveitámos, tendo sido possível garantir o funcionamento eficaz e seguro desse equipamento tipicamente de Verão, sem acréscimo de Despesas com Pessoal...

Assim sendo, também nesta matéria, nos parece que há aqui um indicador de responsável contenção... Dívida... gostaria que analisassem dois dados que são, em si mesmo, indicativos... Por um lado, no plano da Dívida Bancária, se forem aos Passivos Financeiros, verificam que está previsto um valor global de amortização bancária de cerca de 1.015.000,00€... se forem aos Activos, do lado das Receitas de Capital, na rubrica Venda de Bens de Investimento, verificarão que - sendo certo que ao longo dos últimos anos temos explicado sempre que o valor previsto para Venda de Bens de Investimento não é mais do que aquele que normalmente corresponde à Dívida a Credores que não a Banca -, por exemplo, se recuarmos só às Propostas dos últimos três anos: Venda de Bens de Investimento, 2009 - 4.393.000,00€, quase 24% das Receitas Orçamentais; 2010 - 4.380.000,00€, quase 25%; 2011 - 3.992.000,00€, quase 21%; 2012 - 3.492.000,00€, não chega a 19%!!!!... Este indicador significa que estamos a ter o maior cuidado na tentativa de redução e controlo da Dívida a Credores que não a Banca... sendo que é no valor da Receita na rubrica de Venda de Bens de Investimento que se pode constatar qual o controlo que está de facto a ser feito a este tipo de Dívida...

Plano... gostaria de adiantar que nos agrada o facto de 64% dos montantes inscritos em Plano não terem nada a ver, nem com Abastecimento Público de Água, nem Saneamento Básico, nem Rede Viária... Normalmente, o conjunto destes três costuma estar próximo dos 50%, o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que significa que há aqui um redireccionar muito grande, de forma mais directa, para as pessoas... Evidentemente que para aqueles que ainda sentem o problema dos 35% de Saneamento por resolver, o aparecimento de apenas 7% afectos... importará voltar a explicar, de forma complementar, que a estratégia que estamos a seguir para os 7/8.000.000,00€ no investimento que falta em Saneamento Básico deverá passar pelo recurso a uma concessão ou a uma parceria pública/privada, em função do resultado do Estudo em curso... assim, esta estratégia de resolução do fecho da rede concelhia de Saneamento Básico, não terá reflexos directos, ou poucos terá, no Plano de Actividades Municipal... nele, apenas estão contemplados os investimentos em alguns projectos que estamos a desenvolver e alguns prolongamentos em zonas que já têm Saneamento...

Portanto, estes 7% têm apenas a ver com manutenção/conservação, alguns projectos e com alguns prolongamentos em zonas onde já há Rede de Saneamento Básico...

A estratégia para Saneamento, a ser concretizada, é outra, que não passa por aqui... é a mesma coisa que, como em tempos nos perguntavam, onde é que está o Nó de Soure, não está em PIDDAC?... Nem tinha que estar em PIDDAC, porque está no Plano de Investimentos da BRISA... agora, este tipo de obras, a serem feitas como está previsto, praticamente não têm que estar no Plano de Actividades da Câmara Municipal porque não serão investimentos realizados directamente pela Câmara Municipal...

Dizer-vos ainda que algumas prioridades que estão aí... quando se diz que o Desporto tem uma percentagem elevada... pois tem, vamos pagar cerca de $\frac{2}{3}$ do Pavilhão... vamos pagar cerca de metade do Campo Relvado Sintético na Vinha da Rainha... são investimentos de carácter pontual e extraordinário!!!... quando se diz, por exemplo, na Educação... vamos pagar cerca de 80% do Centro Escolar da Granja do Ulmeiro!!!... portanto, há rubricas em que é preciso não separar o peso significativo que, neste momento, aparece, comparativamente com anos anteriores, da realização de investimentos que estão a ser desenvolvidos e serão terminados no próximo ano... estes investimentos, naturalmente, provocam como que uma alteração naquilo que têm vindo a ser os pesos relativos habituais. Como sabem, nunca tivemos por hábito, nos mais de 300 investimentos previstos numa qualquer proposta de Plano, distinguir este ou aquele, porque sempre dissemos, mantemos, acreditamos e não deixaremos de acreditar, que, por mais importante que seja um investimento, nenhum deles, em si mesmo, resolverá/melhorará o quadro de vida das pessoas!!!... Aquilo que pode contribuir para que continuemos a melhorar o quadro de vida das pessoas é o conjunto integrado e articulado de investimentos, com equilíbrio espacial e funcional... só assim, continuaremos a ser capazes de desenvolver o Concelho!!!... por isso, este é um exercício de previsão, é um instrumento previsionial, mas de estratégia política onde, mais do que nunca, aquilo que adiantei quando apresentei a primeira proposta de Plano e Orçamento, em 1994, se revela hoje de particular oportunidade... disse, então, que se tratam de instrumentos que foram desenvolvidos com rigor técnico mas, acima de tudo, com consciência social!!!..."

Usou da palavra o Senhor Deputado Dr. Francisco Malhão: "a minha intervenção é sobre o Orçamento, relativamente ao investimento na área do Saneamento - Rede de Esgotos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Estive a analisar os documentos dos últimos anos e reparei que em 2010 tínhamos um investimento previsto de 489.000,00€, em 2011 prevíamos 431.000,00€ e agora prevemos 360.000,00€... nota-se um decréscimo.

No ano de 2010, o último ano em que se conhecem as contas, os valores finais de execução, por via da alteração, a verba de 489.000,00€ foi reduzida para 277.000,00€, ou seja, em menos 212.000,00€, ou seja, -43,4%. O executado foi, em 2010, 364.000,00€, ou seja, 53% daquilo que aprovámos em Dezembro de 2009. Se aplicarmos este rácio - 53,98% - à verba com que hoje estamos aqui confrontados - 365.000,00€ - acabamos por ter finalmente um valor de 197.000,00€, ou seja, se as coisas se passarem como em 2010 teremos, em vez de 365.000,00€, 197.000,00€ executados.

Olhando para o Plano e para o repercutido para os anos seguintes, tem cerca de 5.590.000,00€, sendo que este valor foi “chutado” para 2011 e 2012 no Orçamento para 2010; no Orçamento para 2011, este mesmo valor foi “chutado” para 2012 e 2013; neste Orçamento, essa mesma quantia está a ser “chutada” para 2013 e 2014. Então para quando é que as zonas não abrangidas pelo Sistema Municipal de Rede de Esgotos terão direito a um bem, um serviço tão essencial como o Saneamento Básico? Será que para o ano estaremos a “chutar” tudo outra vez para 2014 e 2015?”

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara: “não por acaso, ontem, na abordagem da proposta de Plano e Orçamento para 2012, a única questão que a oposição, entenda-se o PSD, na reunião de Câmara Municipal colocou teve a ver exactamente com Saneamento... o Senhor Deputado Municipal é da CDU e a única questão que está a colocar tem a ver com Saneamento.

Permita-me que lhe diga que aqui parece que o agrupamento ao redor da TROIKA é outro... enfim trata-se de uma particularidade concelhia...

Saneamento... em primeiro lugar, o Senhor Deputado Municipal vai buscar o grau de execução de 2010 para procurar dizer o que foi feito ou, de entre o que foi feito, se foi pago... É que já tive a oportunidade, quando foi o debate sobre a Conta de Gerência 2010, de debater/explicar esse assunto... Percebo que tenha utilizado isso como instrumento para tentar dizer apenas isto: que não percebe e, de facto, não percebeu mesmo, mas vou-lhe explicar de novo...

De acordo com a estratégia que está a ser seguida, as duas rubricas que estão em causa no Saneamento, são o Prolongamento de Colectores e a Conservação/Reparação das Redes Existentes... com isto, como chegamos aos valores que aqui estão?... Com a metodologia habitual: primeiro, perguntamos à área económica o que é que está feito, por pagar... 50.000,00€, por hipótese, temos que pôr lá 50.000,00€ para dar cobertura... depois, perguntamos à Chefia de Divisão de Obras Públicas Municipais que intervenções temos que fazer para manter a normalidade da prestação dos serviços... qual é a previsão?... - 100.000,00€ -... é isso que pomos lá... depois, ainda fazemos um terceiro exercício, será que temos algum compromisso político/social, de algum prolongamento, de alguma conservação, absolutamente inadiável, porque se trata de uma necessidade... os serviços técnicos avaliam e juntamos mais esse montante... assim, os valores que estão aqui, bem como os que estiveram nas propostas de Plano, em 2011 e em 2010, foram “construídos” desta maneira...



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Quanto àquilo que diz sobre o Plano e os anos seguintes... quando nós escrevemos aqui, como temos escrito todos os anos, por exemplo Rede de Esgotos Domésticos de St.º Isidro - 200.000,00€; Alagoas - 200.000,00€... o que estamos a sinalizar é que, se porventura não houver a concessão ou a parceria pública/privada e a Câmara Municipal tiver que ir fazendo ao ritmo das suas possibilidades, já estimámos quanto custaria...

Isto é uma sinalização política, mas é uma sinalização política de investimentos cuja estratégia passa por não ser a Câmara Municipal a desenvolvê-los directamente... portanto, estar a usar uma sinalização política que apenas lhe pretende dizer com uma margem de erro de $\approx 10\%$, de acordo com o cálculo feito pelos Técnicos, quanto é que custaria fazer o que falta neste domínio, não significa que tenhamos desistido da estratégia, estamos, apenas e só, a manter o sinal e estamos a dizer que se a estratégia não resultar, os valores previstos para esses investimentos são aqueles!!!...”

Usou da palavra o Senhor Deputado Luís Rente: “queria apenas ressaltar que em tempos de crise a percentagem em Acção Social desce para 4,84%, apesar de considerar que o valor dedicado à Acção Social é partido por outros capítulos.

Após uma pequena análise, reparei que a Despesa não discriminada deste Orçamento corresponde a 20%, existindo até um caso não a nível de montante, mas a nível de percentagem, mais flagrante, no Capítulo Económico 07, do Departamento de Administração Geral de Finanças e Recursos Humanos, temos um Subcapítulo que tem a despesa total de 368.000,00€, em que o valor de Outros corresponde a 307.000,00€, ou seja, em percentagem dá 83%. Creio que poderia estar mais discriminado o valor de Outros.

Quero ainda saudar uma das Grandes Opções do Plano, que é a previsão do Posto da GNR da Granja do Ulmeiro, que há muito que anda a ser reivindicado por aquela população, apesar de em eleições anteriores, não estas últimas, alguns candidatos, inclusivamente apoiados pelo Senhor Presidente da Câmara, se terem manifestado contra o Posto da GNR e gostaria de saber, perante um investimento previsto de 100,00€, o que estará previsto fazer relativamente a este ponto.”

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara: “ainda bem que pôs essas questões porque dá-me a oportunidade de recapitular algumas matérias que todos sabemos de cor e salteado... o Senhor Deputado Municipal faz muito bem em ter a humildade e o sentido de responsabilidade de quando acha que uma coisa está pouco clara, de colocar a dúvida...

Posto da GNR... como sabe, nenhuma Câmara Municipal tem competência para decidir onde é que devem existir ou não Postos de GNR, Extensões... mas, dadas as características urbanas da Granja do Ulmeiro comparativamente com as demais Sedes de Freguesia, sempre entendemos que, independentemente de com os sucessivos Governos ter variado a orientação política em matéria de abertura de Postos ou Extensões da GNR, devíamos sinalizar a nossa opção inequívoca... sempre entendemos que se justificava, nem que fosse uma Extensão, por isso mantemos uma rubrica autónoma, expressamente com uma verba simbólica... imagine-se que amanhã decidem que sim, mas que é preciso um terreno...



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

bom, se não houver nada inscrito teríamos que aprovar uma Revisão ao Plano aprovado... se já estiver a rubrica inscrita, além de darmos o sinal, bastará reforçar o valor com a aprovação de uma mera Alteração... assim poderemos comprar o terreno... Portanto, tem sido nesta perspectiva, independentemente de orientações nacionais de sucessivos Governos, que temos mantido este sinal... A Câmara Municipal de Soure, enquanto for Presidente, defenderá esta opção, independentemente da orientação nacional... por isso manteremos o sinal, porque se o problema estiver numa aquisição de terreno, na colaboração no desenvolvimento de um projecto... teremos sempre acção inscrita para podermos colher ou não desaproveitar essa mudança de orientação nacional, que saudaríamos e desejaríamos!!!...

Diz que 20% da despesa neste Orçamento não está discriminado... como Gestor, não estranho, procuro é perceber o que é que está a ser feito para não me demitir de ser eu, em última análise, a concordar ou discordar da priorização política de um qualquer pequeno, médio ou grande investimento...

Na questão dos Recursos Humanos, o que lhe posso dizer é o seguinte: em termos daquilo que são as Despesas Correntes Ordinárias e as Receitas Correntes Ordinárias, os serviços têm que fazer a chamada média aritmética dos últimos dois anos e se existe, porventura, qualquer tipo de Despesa que está em Outros, mesmo que tenha algum significado, isso significará que a média aritmética anda perto disso, sendo que contabilisticamente não haverá desagregação da rubrica... Por exemplo, em Despesas com Pessoal, a orientação é sempre a mesma: se estiver acordada uma subida de salários, repercute-se o acréscimo, se houver congelamento, repercute-se o congelamento... Agora, os Subsídios de Férias e de Natal só uns é que têm e parcialmente... está feito o cálculo de acordo com essas orientações legais...

Por exemplo a ADSE, pretende recuperar 200/300.000,00€... convém deixar um “colchão” para essa concretização eventual... o Governo anda a “subtrair” a todas as Câmaras Municipais 30.000,00€/mês, para contribuição em Despesas de Saúde... vai tudo a Despesas com Pessoal.

Sinceramente, quanto a esse tipo de exercício que procurou fazer... está à vontade, como qualquer outro Deputado Municipal, para colocar as dúvidas que entender aos responsáveis técnicos...

Acção Social... Em termos de percentagem até parece uma contradição... mas, não é assim se formos ver rubrica a rubrica... Dou-lhe um exemplo: só nos chamados Apoios assentes em Transferências de Capital... para um investimento realizado com o apoio do Programa PARES, à Santa Casa da Misericórdia de Soure tinha sido aprovado um apoio de mais 15% - 290.000,00€ -... com o facto de nos terem pedido o terreno ao lado e ele ter sido doado para permitir alargar a sua resposta social, como já lhe tínhamos doado o terreno onde está, este agora foi avaliado em 260.000,00€, foi feita uma Clarificação da Deliberação e, foi doado, mas calma... sob a forma de Apoio ao Investimento... isto é, diminuámos nas Transferências de Capital 260.000,00€... este exemplo explica porque é que na rubrica de apoio ao investimento relativo ao PARES houve uma diminuição... há aqui questões que convém olharmos de forma analítica... É a mesma coisa que se dizer porque é que a Educação agora tem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

13%?... porque é que o Desporto tem 12%/13%?... têm porque têm investimentos significativos em curso ou a terminar...”

Usou da palavra o Senhor Deputado Simões de Almeida: “depois da explicação dada pelo Senhor Presidente, fico satisfeito pelos números apresentados espelharem a preocupação que se vive neste momento, a nível nacional e internacional, a chamada crise e, efectivamente, houve essa preocupação neste Orçamento.

Como disse, e bem, logo na rubrica Despesas com Pessoal, onde se verifica uma diminuição e explicou o porquê. Não só o problema dos Subsídios mas também os funcionários que deixaram de fazer parte dos Quadros, mas o que é que acontece? A metodologia, como disse o Senhor Presidente da Câmara, é com base na média aritmética dos últimos dois anos, dos últimos dois Orçamentos... fiz a análise tendo em consideração o Quadro Resumo da Execução Orçamental de 2010, em que a Receita previsível, por exemplo dos Impostos, era de 1.580.000€ e cobraram-se 1.574.363,50€; por exemplo nas Transferências Correntes, eram 5.612.973 e cobraram-se 5.322.596,77€, se levarmos em comparação aquilo que foi cobrado em 2010 com aquilo que está previsto para 2012 há oscilações a nível percentual. Portanto, a nível do cobrado, por exemplo nas Transferências Correntes, há uma diminuição de 4,9% enquanto se fosse com base no previsto a diminuição seria só 4,6%. No entanto, na Venda de Bens e Serviços Corrente, há uma diferença já para 19%, ou seja, foi cobrado em 2010, 2.184.801,66€ e em 2012 está previsto 2.599.000,00€... há oscilações mas eu não sabia se tinha sido com base na média aritmética do previsto ou do cobrado. Aliás, o cobrado, em 2011, só em 31 de Dezembro é que saberemos os valores...

No que refere às Despesas na rubrica "Passivo Financeiro" efectivamente, há aqui um valor significativo de 1.015.000,00€, o que demonstra que há uma preocupação na Amortização da Dívida, fico satisfeito com esta atitude.

Os Juros e Outros Encargos, que estava previsto em 2011, 162.100,00€, passa para 221.100,00€. Há um aumento de 36,4% e gostaria que me explicasse o porquê.

Nas Grandes Opções do Plano, já explicou e fiquei preocupado, nomeadamente com o problema da Freguesia da Vinha da Rainha, em que temos dois lugares com Saneamento Básico e o resto da Freguesia não tem. Estava previsto, em 2011, e já nessa altura o Senhor Presidente da Câmara referiu que, eventualmente, esta obra só poderia ir para a frente com a parceria pública ou privada; estava previsto para 2012/2013 e agora aparece já 2013/2014. Compreendo que não há dinheiro... portanto, tem que se apertar o cinto, só espero é que a Freguesia da Vinha da Rainha, e outras que estão sem Saneamento Básico, não passe agora uma eternidade à espera de um bem essencial que outros usufruem e nós não. Gostaria que houvesse essa preocupação, mas compreendo também



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que não havendo dinheiro não há hipótese de o próprio Município só por si, assumir por inteiro esta situação.”

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara: “começando pela questão que colocou em termos dos 7% de Saneamento... gostaria de explicar o seguinte: antes de mais, nós temos um passado recente em que conseguimos, em poucos anos, passar de um grau de cobertura concelhio, em Saneamento Básico, de cerca de 8%/10% para 65%/70%!!!!... o que significa que foi feito um muito significativo investimento neste domínio... Agora, o que é que aconteceu?... Quando foi aprovado o Plano de Desenvolvimento Sub-regional do Baixo Mondego, se tivéssemos tido a possibilidade de optar por ter metido o que falta fazer de Saneamento nesse Plano, tal significaria que o conjunto de investimentos, no valor de $\approx 7.000.000,00\text{€}$, que têm vindo e estão a ser feitos agora, dificilmente o seriam no futuro... o investimento que falta fazer em Saneamento, a maior ou menor ritmo, acabará sempre por ser feito... Acresce que, percebendo isto, em Novembro de 2009 assumimos um compromisso político com o Concelho, também sobre Saneamento Básico... no Programa Político, sufragado, com que ganhámos expressivamente o último acto eleitoral autárquico, escrevemos a este respeito: *“definiríamos, aprovaríamos e promoveríamos a estratégia metodológica que permita a evolução do actual grau de cobertura de 70% para o seu fecho”*. Já na altura, quando dissemos a definição da estratégia metodológica, estávamos a falar de concessão ou de parcerias público/privadas... Assumimos por escrito e, por isso, mandámos fazer um Estudo à Universidade do Porto... o Professor faleceu e agora, após a aprovação do procedimento prévio, está um gabinete a desenvolver aquele estudo a que foi dado o nome de Saneamento e Salubridade - Base de Reflexão para as Várias Opções Estratégicas - Estudo Económico-Financeiro do Actual Modelo de Gestão dos Serviços!!!!... mas, estava a dizer que, em matéria de Saneamento, para além da tal Conservação/Reparação, dos Prolongamentos, de Projectos que temos vindo a desenvolver, por exemplo para a Vinha da Rainha já há projectos feitos, para Samuel também, e de pequenas intervenções, o resto só lá está para sinalizar como já expliquei numa resposta anterior... Portanto, vamos ver se no próximo ano será possível, com este estudo concluído, aprovarmos uma Abertura de Concurso Público. Essa é a solução metodológica, a estratégia com que nos comprometemos... se isto não correr bem, está lá o sinal, mas, aí a Câmara terá que ir fazendo!!!!... Agora, alguns poderão dizer porque é que em 2007/2008/2009, quando foi do Plano de Desenvolvimento Sub-regional do Baixo Mondego, porque é que não esqueceram tudo o mais e não resolveram investir 7.000.000,00€ só em Saneamento?... Achámos que sendo nós Soure, no Distrito de Coimbra, dos 17 Concelhos, o Concelho com maior grau de cobertura da Rede de Saneamento Básico - excluindo Coimbra e Figueira da Foz que têm Empresas Municipais, sendo que alguns só agora estão a chegar agora aos 50% -, não faria sentido que a Câmara Municipal, depois do esforço de alargamento da rede concelhia de 8% para $\approx 70\%$, passasse mais 4/5 anos a investir tudo e mais alguma coisa só em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Saneamento... entendemos que deveria ser encontrada outra estratégia metodológica e é por essa que nos estamos a bater, porque essa foi legitimada democraticamente...

Orçamento... de facto, em termos de proposta de Orçamento, há um agravamento de cerca de 50.000,00€... O que é que isto significa?... Apesar de estar a diminuir a dívida bancária cerca de 1.000.000,00€/ano... em 2011 diminuiu cerca de 600.000,00€ porque amortizámos 1.000.000,00€ mas utilizámos 364.000,00€, naquele empréstimo para as obras co-financiadas... Portanto, no cruzamento do que amortizámos com o que utilizámos, diminuímos os tais $\approx 600.000,00€$... o que está aqui, resulta linearmente daquilo que os Bancos com quem temos empréstimos nos comunicam, que é a aplicação da variação da EURIBOR, não obstante a diminuição do valor global da dívida bancária...

As outras questões que colocou... elas estão ligadas... Repare nas percentagens que referiu... por um lado, nos últimos 3 anos, a que é que estamos a assistir?... A Transferência do Orçamento Geral do Estado, que tem Receitas Correntes e de Capital, tem vindo a diminuir... Em contrapartida, as nossas Receitas próprias, apesar de tudo, têm tido ligeiros aumentos, o que significa que é normal que a nossa percentagem de Receitas Normais Ordinárias comece a ser cada vez maior, e eventualmente, cada vez menor a percentagem da Receita da Transferência do Orçamento Geral do Estado.

Impostos... o IMI subiu, de 2010 para 2011, 100.000,00€ e em 2012, certamente, subirá outros 100.000,00€... Depois, com as reavaliações, importará não esquecer que, além do Regime de Salvaguarda, reveremos a Taxa em baixa...

No IMT, curiosamente em 2011, apesar de ser um período de arrefecimento, comparativamente a 2010, aumentou quase 200.000,00€... mas, para o ano, com o arrefecimento económico que existe, às tantas os 100.000,00€ do IMI não compensarão sequer o regresso do IMT à normalidade regressiva...

Já o IUC, em Soure, normalmente o que é que acontece?... Está em 280.000,00€ mas aumenta $\approx 20.000,00€$ por ano...

Depois, por exemplo na Venda de Serviços... a questão da Água, dos Esgotos e do Lixo... é preciso ver que em Abril de 2010 aprovámos um Tarifário, mas ele só se repercutiu em 7 meses de 2010... mas, em 2011, repercutiu-se 12 meses... Por exemplo, no próximo ano de 2012, deverá haver, pelo menos, uma subida no Tarifário do Saneamento, porquê?... Porque tem um tarifário em vigor ainda pouco mais do que simbólico e tem que se aproximar dos 80% do custo da Água!!!...

Há aqui algumas componentes em que pode haver ligeiros ajustes que explicarão essa aparente incorrecção na evolução percentual que tem vindo a referir."



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Usou da palavra a Senhora Deputada Dra. Fátima Nunes: “dada a conjuntura económica, financeira, política... que estamos a atravessar, este é o Plano e Orçamento que, na minha opinião, é o possível e fico muito contente pelo Executivo ter subjacente a este documento o desenvolvimento, e não só a manutenção e o continuar das obras iniciadas mas, acima de tudo, o desenvolvimento, porquê? Porque nas Grandes Opções do Plano foi atribuído 13% à Educação e, na minha opinião, não há desenvolvimento sem haver Educação.

Fazendo uma análise global a estes documentos e prevendo um ano de 2012 excepcionalmente difícil, este é um Orçamento que mostra contenção mas, acima de tudo, rigor e continuidade. As metas traçadas e apresentadas aos Municípes em Campanha Eleitoral continuam a estar projectadas neste Plano, o que me apraz referir neste momento sem pormenorizar em números nem em percentagens.”

Usou da palavra o Senhor Deputado Dr. Jorge Mendes: “analisando os documentos que foram apresentados e que o Senhor Presidente da Câmara já referiu, verifica-se que este é um Orçamento de contenção, adequado às condições do País porque estamos, de facto, numa situação complicada, de crise e que se reflecte nas Receitas que a Câmara Municipal tem, as quais diminuiram significativamente. Não só nas receitas Correntes, mas sobretudo nas Receitas de Capital. E não é de somenos importância sabermos que as Transferências vindas do FEF ou do FEDER foram diminuídas em cerca de 750.000,00€. O que é certo é que a Receita total diminui 1.300.000,00€.

Ora, em função disso, a proposta apresentada é também diminuir as Despesas e adequá-las às Receitas. No que respeita à Despesa, o que tenho a salientar é que se mantém o princípio de consolidação orçamental, que é um princípio que nos diz que as Receitas Correntes devem ser superiores às Despesas Correntes. Este princípio não foi só mantido como se consolidou. De facto, o que se verifica é que temos cerca de 1.000.000,00€ a mais entre as Receitas Correntes e as Despesas Correntes. Este 1.000.000,00€ já existia no Orçamento de 2010. Mas para além deste princípio que continua a existir nos Orçamentos da Câmara Municipal, e que me apraz registar, verifica-se também, no que respeita às Despesas de Capital e não obstante esta contenção, a previsão de continuarmos a amortizar o Passivo Financeiro na ordem de 1.000.000,00€, tal como no Orçamento de 2010 também já existia. Assim sendo, e adequando as Despesas às Receitas, que diminuiram significativamente, o que verificamos é que diminuimos Despesas em áreas que não são essenciais. De facto, verificamos que há uma redução nas Comunicações e Transportes - 1.000.000,00€ -; na Habitação, Urbanismo e Urbanização - 300.000,00€ -, mas não reduzimos (ou aumentámos ainda) em rubricas importantes, tal como a Senhora Deputada Dra. Fátima Nunes referiu. Na Educação subimos para 1.255.000,00€, fruto de obras já em curso. Verifica-se também um aumento nas áreas da Cultura, Desporto e Tempos Livres e também uma importância substancial na área da Acção Social.

É o Orçamento possível, é o Orçamento adequado em função das Receitas que estão previstas e é um Plano que se adequa às Despesas previsíveis. Assim sendo, terá a aprovação desta Bancada.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Usou da palavra o Senhor Deputado Simões de Almeida: “pedi a palavra para deixar o sentido de voto da Bancada do PSD.

Considerando que a diferença positiva entre as Receitas e as Despesas Correntes demonstra que existe uma preocupação de consolidação da autosuficiência orçamental; considerando que continua a haver preocupação na amortização global de empréstimos bancários; considerando que estamos perante um documento de estratégia política do PS, elaborado com base numa metodologia com a qual não concordamos, a Bancada do PSD vai abster-se na votação.”

Usou da palavra o Senhor Deputado Dr. Francisco Malhão: “quero esclarecer uma situação relativamente à Educação... segundo disse o Senhor Deputado Dr. Jorge Mendes, aumentou a verba... mas se compararmos com 2010, em que foram executados 1.425.985,00€ e agora prevê-se 1.255.100.00€... se compararmos com o Orçamento quase que duplica... o Orçamento para 2011 é de 788.650,00€, mas é muito mais correcto comparar o valor agora orçamentado, com o executado em 2010, até pelo que anteriormente referi acerca do investimento no saneamento básico... a não ser que o Senhor deputado tenha alguma informação de que eu não disponha (relativamente ao ano em curso) para dizer que se prevê esse aumento!?”

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara: “no plano técnico e político é assim: instrumentos de previsão comparam-se uns com os outros, só se devem cruzar instrumentos efectivos com a previsão do próprio ano.

O Senhor Deputado Dr. Francisco Malhão, quando muito, poderia dizer, se tivesse já esses dados, qual era a execução de 2011... o exercício que fez, e do qual discordo, é que não é correcto dizer “no ano tal previu-se 10, só se fez 7... se aplicarmos esse grau de execução no seguinte só se fará...”... não... porque pode ter havido uma variável de natureza excepcional que justificou essa execução de 7, que não se verifique no exercício seguinte... Portanto, aquilo que está a fazer é uma extrapolação técnica de duvidosa honestidade intelectual.”

Usou da palavra o Senhor Deputado Dr. Francisco Malhão: “Relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Câmara quero apenas lembrar que em sessões anteriores, em sede de apreciação e discussão do plano e orçamento, nomeadamente no mandato anterior, quando o meu colega de Bancada, o Eng.º José Lopes, comparou o Orçamento e plano em discussão com o orçamento e plano do ano anterior, o Senhor Presidente disse precisamente o contrário do que agora diz ou seja, referiu que não era correcto fazer esse tipo de comparações. Correcto seria, disse então o Senhor Presidente da Câmara e eu concordo, comparar o executado no último ano conhecido com o orçamentado em discussão.... quanto à honestidade intelectual quero apenas dizer que honestamente intelectual seria o Sr. Presidente explicar o porque da evolução dos valores executados e os valores agora orçamentados!”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara: “todos os cruzamentos de informações são possíveis... porém, não deixa de haver regras de saúde técnica... nós podemos, por exemplo, dizer *“o ano passado previmos assim, há dois anos assado e este ano estamos a fazer desta forma”*... estamos a comparar previsões!... se tivermos elementos, podemos dizer se as previsões que são feitas merecem pouca, nenhuma ou alguma credibilidade... em matéria de credibilidade dos instrumentos de previsão relembrar à Assembleia Municipal, e ao Senhor Deputado Municipal Dr. Francisco Malhão em particular, que nos últimos 5 anos, para não recuar mais no tempo, temos tido Graus de Execução Orçamental na casa dos 70%, excluindo a Venda de Bens de Investimento e temos tido Graus de Execução do Plano sempre superiores a 95%... acho que mais do que as suas palavras e as minhas, há números cuja evidência e eloquência falam por si... São Graus de Execução do Plano superiores a 95% e Graus de Execução Orçamental superiores a 70%, em que subtraindo a Venda de Bens de Investimento, são superiores a 90%... Essa é que é a realidade completamente factual!!!..

Por outro lado, o que estamos hoje a analisar é uma proposta de Plano de Actividades e Orçamento... até pode acontecer, no limite, que o mesmo responsável político, de uma proposta que não teve credibilidade e cuja Conta de Gerência o possa ter confirmado no ano seguinte, possa corrigir procedimentos, formas de elaboração e apresentar uma proposta credível... Mesmo assim, a comparação melhor que existe é compararmos o Plano de um ano com a Conta de Gerência do mesmo ano... Agora, também compreendo que, politicamente, na oposição e na situação, temos que dizer alguma coisa... quando pouco há a dizer, com as regras normais, fazem-se outros cruzamentos e, democraticamente, ao que parece, vale tudo!...”

Usou da palavra o Senhor Deputado Dr. Jorge Mendes: “compreendo aquilo que o Senhor Deputado Dr. Francisco Malhão referiu, mas em qualquer dos números que aqui referi comparei sempre Orçamento com Orçamento, não escolhi aquilo que dava mais jeito...”

Usou da palavra o Senhor Deputado Eng.º Mota Cordeiro: “este é o terceiro ano em que participo na Apreciação da Propostas deste Executivo Municipal relativas às Grandes Opções do Plano e Orçamento, no caso presente para o ano de 2012.

Embora correndo o risco de me repetir, devo esclarecer que no plano técnico, pouco ou nada percebo de contabilidade, orçamentos ou mesmo planeamento financeiro. Esses aspectos foram primorosamente aqui explanados e explicados pelo Senhor Presidente da Câmara, principal artífice destes instrumentos, bem como pelos meus colegas de Bancada, também eles mestres do ofício. Embora não estivesse, nem esteja à espera, por razões óbvias, de elogios vindos das outras Bancadas, também aí marcam presença pessoas com reconhecidos conhecimentos, que lhes permite avaliar a bondade das propostas em análise. Ainda assim, isto é, não sendo um perito na matéria, do que li, analisei e ouvi, nomeadamente as declarações, dúvidas e reparos colocados e correspondentes respostas, permito-me concluir que estamos perante um Plano e Orçamento que pelos investimentos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

na área da Saúde, da Educação, da Cultura, do Desporto e Tempos Livres, da Acção Social e da Protecção Civil, manuseado tecnicamente de forma exímia, demonstra bem, mais uma vez, a matriz social que caracteriza as opções políticas deste Executivo, o qual, por sua vez, bebe da doutrina do partido político detentor da maioria que o suporta - PS - ao qual me orgulho pertencer e não podia estar mais de acordo com as propostas apresentadas.”

Foi deliberado, por maioria, com vinte e três votos (23) a favor, das Bancadas do PS e do PSD e oito (8) abstenções, das Bancadas do Bloco de Esquerda, CDU e PSD, aprovar as propostas das Grandes Opções do Plano - PPI e AMR - e do Orçamento para o ano de 2012.---

Não havendo mais assuntos a tratar, o 1.º Secretário da Mesa leu em voz alta a minuta da acta tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar as deliberações hoje tomadas.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos às 14,00 horas.

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Maria Isabel Franco Gonçalves Verão, Dra.

O 1.º SECRETÁRIO

António da Silva Letra

A 2.ª SECRETÁRIA

Luísa Margarida Lima Anjo, Dra.